



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

BÁRBARA MORAES DE JESUS

**O PAPEL DO PROFISSIONAL DE APOIO NOS PROCESSOS DE
INCLUSÃO ESCOLAR DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO
DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE**

Amargosa
2022

BÁRBARA MORAES DE JESUS

**O PAPEL DO PROFISSIONAL DE APOIO NOS PROCESSOS DE
INCLUSÃO ESCOLAR DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO
DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE**

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura Plena em
Pedagogia, apresentado à banca examinadora da
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como
obtenção do título Licenciada em Pedagogia.

Orientador(a): Prof(a) Dr^a Thereza Cristina Bastos Costa de
Oliveira

Amargosa-BA
2022

BÁRBARA MORAES DE JESUS

**O PAPEL DO PROFISSIONAL DE APOIO NOS PROCESSOS DE
INCLUSÃO ESCOLAR DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO
DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERTIVIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia,
Centro de Formação de Professores, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como
requisito para obtenção do grau de Pedagoga.

Amargosa, 17 de março de 2022.



Profa. Dra. Thereza Cristina Bastos Costa de Oliveira (Orientadora)

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Prof. (a) Dr. (a) Maria Eurácia Barreto de Andrade

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Prof. (a) Dr. (a) Sirlândia Reis de Oliveira Teixeira

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Dedico esse trabalho a minha inspiração diária,
que me transformou quando nasceu de mim,
como uma borboleta sai de seu casulo numa
forma totalmente serena rumo a voar pelo
mundo, minha doce e linda Maria Liz.

AGRADECIMENTOS

Dou início a essa passagem, dizendo que são muitas as pessoas que sou grata por estarem e passarem por esse caminho comigo direta ou indiretamente. Gosto de dizer sempre que devemos ser gratos eternamente a algo ou alguém que passou pela nossa vida e nos trouxe ensinamentos, mesmo que tenha sido difícil, mas que de algum modo nos fez aprender durante nossa trajetória!

Primeiramente, agradeço a Deus por estar sempre ao meu lado e ser a minha base, pois quando caio, ele me sustenta, e mesmo que às vezes vacilante, ele está comigo, obrigada meu Aba, foi você que me proporcionou alcançar essa conquista e vencer meus obstáculos, sem você eu não seria nada, não chegaria até aqui, e não existiria.

Agradeço do fundo de meu coração a meus pais Noel de Jesus e Neide Moraes de Oliveira por me ajudarem a chegar onde estou. Por me proporcionar amor e me ensinar que devemos lutar para conseguir o que é nosso, a não desistir dos meus sonhos, a vencer as dificuldades e desafios que a vida se encarrega de colocar nos nossos destinos, a superar o medo. Obrigada, essa realização é minha, e de vocês também, amo vocês infinitamente.

Agradeço a minha filha Maria Liz Moraes de Santana. Obrigada por juntamente com papai do céu, ter me escolhido e vindo para mim, depois da tua chegada minha vida mudou e até as minhas orações tomaram outro direcionamento, você é o motivo pelo qual busco avançar, que me impulsiona dia após dia a prosseguir. É por você que estou aqui, minha doce boneca.

Agradeço aos meus irmãos e irmãs, Maria Claudia, Maria Clara, José Vando, José Val e José Cláudio, por acreditarem na minha capacidade e por sempre me incentivarem a seguir em frente na carreira que escolhi para mim, sobretudo as meninas por estarem sempre ao meu lado e sempre me ajudarem com Maria Liz.

Agradeço a minha amiga Amanda Caroline Bonfim, por ser sempre o meu suporte, e por me suportar também em todas as vezes que eu encho os seus ouvidos com meus medos, dúvidas e questionamentos, e estar sempre comigo em dias de angústia. Deus enviou você para ser meu amparo e incentivo, muito obrigada por todo afeto e carinho comigo, amo muito você, sua luz é contagiante e me ilumina.

Agradeço a minha amiga Daniele Oliveira por estar comigo desde a infância, por passar por perrengues na adolescência e sempre está me ensinando sobre a vida, por ser confidente fiel, por incentivar a minha fé e alimentar a minha alma ao me ensinar mais e mais sobre esse pai amado, o nosso Deus. Te amo amiga!

Agradeço a Gustavo Santana, por toda proteção e preocupação, por dividirmos fardos que fazem parte da vida e se tornam mais leves se compartilhados, obrigada por estar aqui e por todo afeto e carinho. Sobretudo, pelo nosso maior presente, que sorte a nossa!

Agradeço a minha amiga Carolaine Souza, que por vezes foi minha válvula de escape em dias muitos difíceis e por me ouvir, por alimentar a minha estima e não me deixar sucumbir no meu desespero. Você me proporcionou muitos momentos felizes ao seu lado.

Agradeço às minhas amigas Jucy Santos e Camila Santana, que tão de repente entraram em minha vida, mas que foram essenciais em momentos que eu muito precisei, e vocês estavam lá, sou eternamente grata. Que Deus abençoe a cada uma de vocês.

Agradeço a prezada orientadora Dra. Thereza Cristina Bastos Costa de Oliveira, por todo suporte e orientações para que esta monografia se tornasse realidade e fosse concluída. Por fazer parte de minha história, por toda sua colaboração, e a me ensinar que temos que seguir em frente e enfrentar nossos medos. Serei sempre grata e lhe guardarei para sempre em meu coração, você me inspira!

Agradeço a colega Jenniffer Cerqueira, que mesmo em tão pouco tempo de conhecimento, me ajudou nessa trajetória da escrita, me deu suporte, e me proporcionou momentos de conversas e acalentos, obrigada por me ajudar a passar essa fase, que sua carreira seja brilhante!

Agradeço ao restante de minha família que fazem parte de minha estrutura como pessoa e que eu amo muito. Obrigada por estarem comigo e fazerem parte da minha vida.

Por fim agradeço a todos em geral que contribuíram direta ou indiretamente para que eu construísse a minha história acadêmica, e fizeram parte dessa caminhada. Alguns me ajudaram com palavras, outros com ajuda para realização de trabalhos acadêmicos e também com diversões em momentos que eu realmente precisei me distrair, sair um pouco da rota, o que me ajudou a me perder um pouco, para que eu pudesse me encontrar. Agradeço a todos que tive a oportunidade de conhecer na Universidade. Com certeza fazem parte da história de Bárbara Moraes de Jesus.

“Quem olha para fora sonha, quem olha para dentro desperta.”

- Carl Jung

BÁRBARA, Moraes, de Jesus. **O papel do profissional de apoio nos processos de inclusão escolar da criança com transtorno do déficit de atenção e hiperatividade:** Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB, Amargosa, 2022, p. 62.

RESUMO

Essa pesquisa buscou compreender qual o papel do profissional de apoio e de que modo ele pode atuar para dar suporte na inclusão escolar da criança com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). A presença de um profissional de apoio no espaço escolar pode colaborar no desempenho de funções e/ou atividades para as crianças que apresentam dificuldade para aprendizagem. Esse profissional de apoio tem como função principal fazer a mediação entre o aluno e o contexto escolar, atendendo suas demandas contribuindo para que a criança se sinta mais segura e incluída naquele ambiente e se sinta estimulada a vencer os desafios que estejam sendo propostos. Em relação a metodologia, a pesquisa bibliográfica realizada se caracterizou como acesso as fontes primárias, pautadas na busca por informações já existentes para compreender qual o papel do profissional de apoio nos processos de inclusão escolar da criança com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, com a intencionalidade do aprimoramento e construção do conhecimento acerca desse tema tão relevante para compreender a implicação dos profissionais que precisam estar envolvidos no processo de educação das crianças com TDAH para que seja possível a inclusão escolar. As principais referências desse estudo foram: Barkley (2002), Cardoso (2007), Lopes (2018), Ribeiro (2011). De acordo com os resultados, foi possível refletir sobre aspectos relevantes que estão implicados no processo escolar e que as atuações tanto dos professores quanto do profissional de apoio podem ajudar no atendimento das necessidades educacionais especiais desses alunos de maneira que as suas demandas possam ser atendidas e assim as crianças com TDAH terão maior possibilidade de interagir com o ambiente escolar, com os professores, seus pares, ou seja, seus colegas de grupo.

Palavras-chave: Profissional de apoio, inclusão, TDAH, ambiente escolar

BÁRBARA, Moraes, de Jesus. **The role of the support professional in the child's school inclusion processes with attention deficit hyperactivity disorder:** Monograph (Undergraduate Degree in Pedagogy) - Federal University of Recôncavo da Bahia-UFRB, Amargosa, 2022, p. 62.

ABSTRACT

This research sought to understand the role of the support professional and how he can act to support the school inclusion of children with Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD). The presence of a support professional in the school space can collaborate in the performance of functions and/or activities for children who have learning difficulties. This support professional's main function is to mediate between the student and the school context, meeting their demands, helping the child to feel more secure and included in that environment and to feel encouraged to overcome the challenges that are being proposed. Regarding the methodology, the bibliographic research carried out was characterized as access to primary sources, based on the search for existing information to understand the role of the support professional in the processes of school inclusion of children with attention deficit hyperactivity disorder, with the intention of improving and building knowledge about this topic so relevant to understand the involvement of professionals who need to be involved in the education process of children with ADHD so that school inclusion is possible. The main references of this study were: Barkley (2002), Cardoso (2007), Lopes (2018), Ribeiro (2011). According to the results, it was possible to reflect on relevant aspects that are involved in the school process and that the actions of both teachers and support professionals can help in meeting the special educational needs of these students so that their demands can be met and thus, children with ADHD will be more likely to interact with the school environment, with teachers, their peers, that is, their groupmates.

Keywords: Support professional, inclusion, ADHD, school environment

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABDA- Associação Brasileira do Déficit de Atenção.

AEE- Atendimento Educacional Especializado

COVID-19- *Coronavirus Disease* 2019

DDAH- Distúrbio Déficit de Atenção / Hiperatividade

DSM- Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

NEE- Necessidades Educacionais Especiais

OMS- Organização Mundial de Saúde

P.A- Profissional de Apoio

PAEE- Público Alvo da Educação Especial

PAIE- Profissional de Apoio à Inclusão Escolar

PNEEPEI- Plano Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

SciELO - *Scientific Electronic Library Online*

SRM- Salas de Recursos Multifuncionais

TDAH- Transtorno do Déficit e Atenção e Hiperatividade

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. PERCURSO METODOLÓGICO	17
3. O TDAH E SEUS IMPACTOS	20
3.1 O que é TDAH?.....	20
3.2 Características do TDAH e seus impactos	23
3.3 O diagnóstico, tratamento e a medicalização dos corpos	30
4. O PAPEL DO PROFISSIONAL DE APOIO NAS ESCOLAS.....	37
4.1 O surgimento de um novo profissional nas escolas.....	37
4.2 O papel do profissional de apoio.....	39
5. AS PRÁTICAS DO PROFISSIONAL DE APOIO COMO SUPORTE PARA FAVORECER A INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM TDAH.....	44
5.1 Declaração de Salamanca.....	44
5.2 A inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais na perspectiva da Política Nacional da Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao longo da vida.....	45
5.3 Práticas desenvolvidas através dos profissionais de apoio para favorecer a inclusão escolar da criança com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade.....	51
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
7. REFERÊNCIAS	62

1. INTRODUÇÃO

No espaço escolar existem regras, saberes, hábitos, que partindo para diálogos, se cria uma rede de discussões com amplos sentidos e significações, sendo aí que encontramos o ponto de tensão onde se abre fronteiras com o outro, com base nessas questões e experiências que tive ao longo desse tempo no curso, criei um grande afeto por disciplinas que envolvessem a Psicologia e temas com a Educação Especial, me encantava com as aulas e fui criando o desejo de pesquisar sobre o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade/TDAH. Em muitas discussões em torno da trajetória acadêmica, acabamos por descobrir que a educação é uma ferramenta que proporciona ao indivíduo sua emancipação e lhe abre espaços para que ele possa tomar atitudes que contribuam para o seu desenvolvimento tanto pessoal quanto social em seu cotidiano. A presente pesquisa busca compreender qual o papel do Profissional de Apoio (P.A) e como as práticas profissionais possibilitam que alunos com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) possam estar incluídos no ambiente escolar e como contribuem para o seu desenvolvimento educacional.

O meu primeiro contato com o TDAH se deu, cursando uma disciplina na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, que tem por nome, Desenvolvimento da Aprendizagem e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade. Ao longo do semestre, fui descobrindo mais sobre o TDAH e me apaixonei pelo tema, pois reconheci que o tema deve ser amplamente discutido na universidade, nas escolas e na sociedade de modo geral tendo em vista a sua relevância. As crianças que têm esse transtorno necessitam de um suporte que seja efetivo para que possam ser mais ouvidas, tendo assim o acompanhamento necessário para que o seu desenvolvimento possa se dar de maneira mais tranquila.

No ano de 2020, fui selecionada para um estágio remunerado na rede pública de ensino de Amargosa para atuar na rede de apoio da educação especial do município com uma criança com necessidades educacionais especiais, passei uma semana em reuniões e estudando o caso, para só então entrar em contato com a criança e o ambiente escolar, a princípio foi algo muito novo para mim, mas apenas com o primeiro tempo de aula, eu descobri que era ali que eu queria estar. Por consequência da pandemia de covid-19, o estágio foi suspenso e não pude dar continuidade ao trabalho que juntamente com a equipe escolar estava nos meus planos realizar.

Embora o estágio tivesse sido suspenso, foi o suficiente para me despertar o desejo de realização do meu tema de TCC abrangendo assuntos sobre TDAH e a constante vontade de descobrir qual o papel do profissional de apoio no ambiente escolar e como esse profissional contribui dando suporte para a inclusão e o desenvolvimento da criança que tem o TDAH, além da relação de confiança essencial para que as práticas do profissional tragam para a criança uma situação confortável para que contribua de forma positiva para o sucesso educacional, não esquecendo dos relevantes papéis de outros profissionais que compõe a equipe interdisciplinar escolar que contribuem se dedicando constantemente para que esse processo de aprendizagem do aluno seja desenvolvido de maneira eficaz, como por exemplo os professores das salas de aula comum, como também do Atendimento Educacional Especializado, AEE, onde esse profissional de apoio terá um papel importante nesse contexto escolar onde dará o suporte necessário para essa criança, em parceria com o professor nas salas e aula comuns.

Sabemos que a discussão sobre o TDAH não é algo recente e o direito ao acompanhamento é assegurado por lei. O direito referente ao acompanhamento através do profissional de apoio para alunos com necessidades educacionais especiais, está assegurado por diversos decretos que regulamentam a Educação Especial. Dentre eles podemos citar o decreto Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999 que está regulamento pela lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Uma dessas providências é de fato o acompanhamento através do profissional de apoio para que possa garantir a inserção e o desenvolvimento do aluno que tenha necessidades educacionais especiais no ambiente escolar.

As leis e decretos foram se modificando no decorrer dos anos em função da mobilização das pessoas com deficiência, pesquisadores da área e profissionais que atuam no âmbito da Educação Especial que se engajaram em lutas importantes para que fossem assegurados os direitos educacionais e civis das pessoas com deficiências, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Altas Habilidades e Superdotação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB 9.394/96 advoga que o atendimento educacional especializado deva ser ofertado preferencialmente na rede regular de ensino, e considera a necessidade de serviços de apoio especializado na escola regular:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. 1º haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. 2º o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou

serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular (BRASIL, 1996, p. 21)

A LDB 9.394/96 é a mais importante lei brasileira que se refere à Educação Especial, pois dedica um capítulo específico para nortear a educação das pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Esta lei foi aprovada em dezembro de 1996. Ela visa garantir o direito a toda população brasileira de ter acesso à educação gratuita e de qualidade, também advoga o atendimento educacional especializado na rede regular de ensino. Embora nessa concepção o direito dos alunos com necessidades educacionais especiais era garantido nas salas de aula comuns ou nas escolas especiais, nas classes especiais, oficinas profissionalizantes e no atendimento educacional especializado. Naquele período a Educação Especial era compreendida tendo como referência o paradigma da Integração. Nesse sentido, a inserção do aluno em classes regulares de ensino ocorria considerando a capacidade do aluno e não a possibilidade da escola se adequar de maneira que todos os estudantes pudessem estudar juntos. Assim segundo esse paradigma o atendimento educacional especializado era substitutivo ao ensino regular. Os seus decretos vêm sendo atualizados ao longo dos anos e na atualidade o art. 58, parágrafo 3º onde em 2015 ainda dizia que esse atendimento seria para de 0 à 6 anos, a partir de 2018 sua atualização já defende o início da educação especial na educação infantil estendendo-se por toda a vida, essa atualização se torna muito importante para crianças com necessidades educacionais especiais.

Assim como a LDB, também surgiu políticas e novas leis que complementam a Educação Especial, fazendo com que se tenha um olhar mais atento para essa modalidade de educação que está inserida nas escolas e que necessita de ser assegurada para garantir a esses alunos com necessidades educacionais especiais que tenham uma educação de qualidade e na perspectiva da Educação Inclusiva, assegurando que no contexto escolar se mantenha o devido acompanhamento para que esses alunos tenham o efetivo desenvolvimento da aprendizagem, assim como possam estar incluídos nesse contexto educacional, como por exemplo a Política Nacional da Educação Especial-PNEE : equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida, como também a Lei 14.254, de 30 de Novembro de 2021.

A criança com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) traz consigo características próprias de se locomover, falar, brincar e se alimentar, necessitando assim de um profissional de apoio que ajude nas diversas funções e auxilie em qualquer atividade básica que ela venha apresentar dificuldade de realização, fazendo com que se sinta segura e que faça parte daquele ambiente de maneira inclusiva. Martins (2011) vem dizer que através da leitura do

documento da política nacional da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, o profissional de apoio tem uma definição de “[...] monitor ou de cuidador do aluno nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras.” (BRASIL, 2008 apud MARTINS, 2011, p. 32).

De acordo com Cardoso (2007) vemos na nossa sociedade, mais precisamente no ambiente escolar, vários professores reclamando do comportamento de alguns alunos na sala de aula, desde falta de atenção como também mau comportamento. No que se refere ao TDAH, Sena e Neto (2007 apud CARDOSO, 2007) traz uma importante informação ao tratar que o transtorno começou a ser descrito pela primeira vez em 1845 pelo psiquiatra alemão Heinrich Hoffmann em seu livro intitulado, *Zappelphilipp*, embora já havia tido anteriormente alguns tratamentos de pessoas que apresentavam alguns danos cerebrais e sintomas de desatenção, inquietação e impaciência, como também indivíduos que apresentavam esses sintomas sem possuir histórico de trauma.

Partindo desses conceitos vê-se a necessidade da disseminação de conhecimentos através de estudos acerca de temas importantes, tal como a presença do TDAH nas escolas. Desse modo, poderá haver um olhar mais atento no espaço escolar para que, quando for observado a existência dos sintomas que possivelmente se configurem com o transtorno sejam tomadas as medidas cabíveis de avaliação diagnóstica realizada por um profissional de saúde mental. Em caso afirmativo ao TDAH, a inserção do profissional de apoio nas escolas atua com a intencionalidade de estabelecer a inclusão e desenvolvimento do aluno naquele ambiente.

Através dessas observações sobre o tema escolhido gerou-se a questão norteadora e objetivos gerais e específicos da pesquisa, que traz como problema de pesquisa a seguinte questão: qual o papel do profissional de apoio e de que modo ele pode atuar para dar suporte na inclusão escolar da criança com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade?

Logo após desenvolveu-se o objetivo geral que é: Analisar e compreender qual o papel do profissional de apoio e como as práticas profissionais possibilitam que alunos com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade possam estar incluídos no ambiente escolar e como contribuem para o seu desenvolvimento educacional, e com base no objetivo geral desencadeou-se os objetivos específicos que são: 1. Identificar o papel do profissional de apoio no ambiente escolar. 2. Analisar ações do profissional de apoio e suas contribuições para a inclusão escolar do aluno com TDAH. 3. Refletir sobre a atuação do profissional de apoio nas práticas pedagógicas que possibilitam aos alunos com TDAH o efetivo desenvolvimento da aprendizagem.

Sendo assim, a pesquisa encontra-se pautada na introdução onde buscou-se trazer uma breve contextualização acerca do tema abordado na pesquisa, e mais 5 capítulos, onde o segundo capítulo discorre sobre o percurso metodológico utilizado para a realização da pesquisa perpassando pelos caminhos trilhados para se chegar aos resultados, o terceiro capítulo traz uma importante contextualização sobre o TDAH, suas características e seus impactos, que tem como título, O TDAH e seus impactos, o quarto capítulo aborda discussões sobre o profissional de apoio e tem como título, O papel do profissional de apoio nas escolas, o quinto capítulo aborda a importância das contribuições do profissional de apoio como suporte para favorecer a inclusão escolar do aluno com TDAH, intitulado, As práticas do profissional de apoio como suporte para favorecer a inclusão escolar do aluno com TDAH, e o sexto e último capítulo traz as considerações finais da pesquisa.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Santos (1988) diz que, o ato de se fazer pesquisa pode-se consistir em muitas razões, mas existem duas principais, a primeira em ordem intelectual e a segunda ordem prática, na ordem intelectual a realização da pesquisa transcorre pela busca de conhecer por sua própria satisfação, a segunda acontece com a visão se se fazer algo de maneira ativa e eficaz. A realização de uma pesquisa acarreta em desfrutar de ferramentas fundamentais para obter respostas do que se estar sendo estudado, como por exemplo todo o aporte teórico e metodologia que coincidem com o objeto de estudo, pesquisas científicas tem uma importante participação na sociedade, pois possibilitam diversos conhecimentos em diversas áreas.

O ato de se fazer pesquisa, deve ser persistente e seguir passo a passo suas orientações de como prosseguir essa jornada, como afirma Gil (2002), que:

A moderna concepção de planejamento, apoiada na teoria geral dos sistemas, envolve quatro elementos necessários à sua compreensão; processo, eficiência, prazos e metas: Assim, nessa concepção, o planejamento da pesquisa pode ser definido como o processo sistematizado mediante o qual se pode conferir maior eficiência à investigação para em determinado prazo alcançar o conjunto das metas estabelecidas. (GIL, 2002, p.19)

Gil (2002) traz uma importante concepção acerca da elaboração do projeto de pesquisa, onde devemos ter a compreensão de que a organização é indispensável nessa fase final de conclusão de curso, a sistematização desse processo de escrita faz com que possamos alcançar o sucesso e realizar um trabalho com excelência, antes de tudo devemos estabelecer metas e obedecê-las, pois, essa parte do processo de formação é de uma importância muito grande para nossa carreira profissional.

Segundo Deslandes (2011) a definição da metodologia requer dedicação e cuidado do pesquisador. Mas que uma descrição formal dos métodos e técnicas a serem utilizados, indica conexões e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico e de seus objetivos de estudo.

O presente capítulo visa abranger o modo de como a pesquisa foi desenvolvida, decorrendo pela abordagem metodológica, coleta de dados e o instrumento para análise de dados. Segundo Santos (1988) à medida que as ciências naturais se aproximam das ciências sociais, estas aproximam-se das humanidades. O sujeito, que a ciência moderna lançará na diáspora do conhecimento irracional, regressa investido da tarefa de fazer erguer sobre si uma nova ordem científica. Sendo assim a distinção dicotômica entre a ciências naturais e ciências sociais já não faz mais sentido e perde a utilidade.

A superação da dicotomia ciências naturais/ciências sociais tende assim a revalorizar os estudos humanísticos. No entanto, Santos (1988) reflete que “esta revalorização não ocorrerá sem que as humanidades sejam, elas também, profundamente transformadas. ” (SANTOS, 1988, p. 63)

Ele nos traz a reflexão de que a ciência pós-moderna, ao sensocomunizar-se, não despreza o conhecimento que produz tecnologia, mas entende que, tal como o conhecimento se deve traduzir em autoconhecimento, o desenvolvimento tecnológico deve traduzir-se em sabedoria de vida. É esta que assinala os marcos da prudência à nossa aventura de adquirir conhecimento e valorizá-los.

Utilizou-se como método de investigação a abordagem qualitativa afim de analisar e entender o objeto de estudo e suas implicações, por meio de informações que atendam ao problema apresentado. Essa abordagem busca compreender o indivíduo, suas relações sociais em diversos ambientes, ela tem o ambiente natural como sua fonte direta de coleta de dados e o pesquisador como seu instrumento principal, como afirma GODOY (1995):

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental. Os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada. (GODOY, 1995, p. 62)

Embora a pesquisa qualitativa tenha uma importante característica de se trabalhar através do ambiente natural e relações dos indivíduos, ela abrange também em torno das diversidades encontradas em nossa sociedade. Na pesquisa qualitativa o pesquisador se preocupa com todo o procedimento de realização da pesquisa, não só a números e resultados, tal qual a pesquisa quantitativa. Minayo (2001) diz que, a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Visando analisar e entender o papel do profissional de apoio nos processos de inclusão escolar da criança com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, é válido ressaltar a importância da contribuição da abordagem qualitativa para essa pesquisa onde possibilita um olhar mais atento ao objeto de estudo e os percursos trilhados para o desenvolvimento da pesquisa.

A construção de dados para esse trabalho transcorre através da pesquisa bibliográfica que tem como perspectiva a busca por informações já realizadas por estudiosos influentes no assunto do objeto de estudo com o intuito contribuir e construir de novos conhecimentos. A pesquisa bibliográfica é essencial e uma das primeiras etapas no processo de desenvolvimento de pesquisa. De acordo com Lima, Mioto (2012), a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório. Então reafirma-se a pesquisa bibliográfica como um importante e essencial procedimento metodológico para a produção de conhecimento científico, trazendo relevância a diversidade de temas geradores que contribuirão para novas descobertas e servirão como ponta pé inicial para novas pesquisas.

A escolha do tipo de pesquisa adotada surgiu mediante a uma conversa com a orientadora em virtude ao cenário devastador no qual se encontra o mundo inteiro, onde a COVID-19 veio invadindo e se alastrando de maneira rápida e caótica transformando o que antes era algo não visto como possibilidades em algo totalmente capaz de ser usado e se fazer dar certo, que foi o modo remoto de estudo que tivemos que nos adaptar, perante isso foi descartado a ir a campo, pois, agora então vivemos constantemente considerando o afastamento social que veio afetando as relações de convívio e tentando nos adaptarmos ao novo normal.

Mediante tal situação a utilização de fontes de recolha de dados foi fundamentada através de artigos científicos, revistas científicas, livros, teses e dissertações de autores influentes no assunto, disponíveis nas plataformas digitais como Google acadêmico, SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), como também em livros, optando por não obter um marco temporal e fazendo a seleção através dos assuntos que abrangem essa pesquisa, usando como método a busca através dos descritores, Profissional de apoio, Inclusão, TDAH, Ambiente escolar, tomando como principais referências os estudos de Barkley (2002), Cardoso (2007), Lopes (2018), Ribeiro (2011), considerando estudos importantes para o avanço científico.

A partir da captação e análise dos dados apanhados para essa pesquisa, buscou-se alcançar a compreensão do papel do profissional de apoio nos processos de inclusão escolar do aluno com TDAH, traçando um novo olhar para essas crianças, considerando suas vivências e experiências dentro do contexto escolar, ligados a objetivos que venham a contempla-las para que obtenham sua relevância social.

3. O TDAH E SEUS IMPACTOS.

3.1 O que é TDAH?

O TDAH surge na literatura médica, até então não conhecido propriamente por esta nomenclatura, mas através da observação de sintomas característicos do transtorno conhecido atualmente. Com o avanço científico e uma maior gama de pesquisas realizadas sobre tal objeto de estudo o cenário de informações sobre o TDAH se torna mais concreto, fato este que contribui diretamente para melhoria da qualidade de vida do indivíduo, de modo que pais, professores e toda a equipe multidisciplinar possam atuar em conjunto para alcançar tais resultados.

De acordo com Cardoso (2007) que traz uma importante concepção acerca de estudos realizados através de autores influentes no assunto, em 1902 o pediatra George Frederic Still, denominou como defeito na conduta moral os sintomas de inquietação, desatenção e impaciência, como também, a inabilidade da criança internalizar regras e limites. Para Still, os sintomas poderiam ser decorrentes de danos cerebrais, hereditariedade, disfunção ou problemas ambientais, assim sendo, de nada adiantava ajudar as crianças que sofriam com esses sintomas, pois para elas só restava a institucionalização e quanto antes, melhor. Mais tarde, entre os anos de 1917 e 1918, os sintomas de inquietação, desatenção, impulsividade e hiperatividade foram exibidos pelas crianças, após contraírem encefalite. Com o passar dos anos alguns estudiosos tiveram a oportunidade de estudar mais sobre o assunto e atribuíram algumas denominações.

A partir dos anos 60 foi-se dando maior ênfase à atividade motora excessiva como fator fundamental de diagnóstico. Na década de 80, como traz Cardoso (2007) em suas pesquisas, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM III) alterou o termo para Distúrbio de Déficit de Atenção, enfatizando os aspectos cognitivos, principalmente, o déficit de atenção e a falta de autocontrole ou impulsividade, acreditando-se que essa patologia poderia ou não vir acompanhada de hiperatividade. Através da revisão do DSM III, em 1987, foi dada ênfase novamente à hiperatividade, alterando o nome da patologia para Distúrbio de Hiperatividade com Déficit de Atenção. Logo mais, “em 1993, o CID 10 manteve a nomenclatura como Transtornos Hipercinéticos”. E em suas pesquisas ela traz o DSM IV, que naquele momento era a versão mais recente, através da publicação da 4ª edição do Manual Diagnóstico e Estatístico das Doenças Mentais – DSM IV em 1994. “A patologia passou a ser chamada, nesta época, de Distúrbio Déficit de Atenção / Hiperatividade – DDAH. A nomenclatura brasileira refere-se a essa patologia como Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade.” (BENCZIK, apud CARDOSO 2007, p.19)

O DSM IV que hoje está fora da atualidade denominava o TDAH como um padrão persistente e severo de desatenção, hiperatividade e impulsividade, com sintomas que se manifestam antes dos 7 anos e que provocam prejuízo ao desenvolvimento infantil e ao funcionamento social, acadêmico ou ocupacional,

Percebemos que ao longo de toda história o TDAH recebe várias nomenclaturas. Com o avanço da ciência o DSM, foi atualizado para DSM V e é o que está em vigor na atualidade, sendo utilizado como base e referência sobre o transtorno e os sintomas que ele causa. A concretização do TDAH enquanto uma patologia acentua um avanço na ciência, de modo possibilita um diagnóstico assertivo, para que crianças não sejam mal interpretadas como “maus alunos” e crianças com comportamentos inadequados para a sala de aula.

O DSM V que agora está em vigor, denomina o TDAH como um transtorno do neurodesenvolvimento definido por níveis prejudiciais de desatenção, desorganização e/ou hiperatividade-impulsividade. Desatenção e desorganização envolvem incapacidade de permanecer em uma tarefa, aparência de não ouvir e perda de materiais em níveis inconsistentes com a idade ou o nível de desenvolvimento. Ao passar dos anos com o avanço das pesquisas científicas e com o aumento dos critérios de diagnóstico para TDAH, a concepção antes limitada foi se transformando, o que antes era jeito de ser, característica própria passou a ser conceituado como transtorno neurobiológico, ou seja, o TDAH.

O TDAH é uma patologia reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), é um transtorno que vem cada vez mais sendo observado em um número significativo de crianças. Esse transtorno biológico já pode ser percebido através de estudos de imagem da região frontal do cérebro, onde ocorre uma maturação mais lenta do freio inibitório, ou seja, a criança com TDAH não possui a inibição do comportamento ainda madura, ela não consegue controlar ou inibir comportamentos inadequados, além disso possui dificuldade de estabelecer o foco de atenção ou concentrar-se por longos períodos.

É necessário muito cuidado e estudo para tratar desse tema uma vez que é impossível negar a presença do TDAH, mas também observar para não atribuir o comportamento inadequado do aluno a algum transtorno ou patologia. A Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA, 2017) caracteriza o TDAH como um transtorno neurobiológico, de causas genéticas, que aparece na infância e frequentemente acompanha o indivíduo por toda a sua vida. Ele se caracteriza por sintomas de desatenção, inquietude e impulsividade. Ele é chamado às vezes de DDA (Distúrbio do Déficit de Atenção).

A Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA) traz em seu site sua apresentação de quem são e como trabalham para ajudar a população brasileira, uma associação

de pessoas com TDAH, sem fins lucrativos, fundada em 1999, com o objetivo de disseminar informações científicas sobre o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH); além de, capacitar profissionais de saúde e educação, e oferecer suporte a pessoas com esse transtorno e a seus familiares em todo o Brasil. Em seu site, a ABDA traz importantes concepções acerca do transtorno, suas características, causas e tratamentos, trazendo para sociedade um suporte para pessoas que querem entender mais sobre o transtorno, garantindo o acesso gratuitamente para que as pessoas possam compreender com mais aptidão sobre o assunto.

Durante a infância existem comportamentos que são observados como o esperado para a faixa etária da criança, elas correm, sobem em carteiras, não para quietas, falam alto demais e não se concentram. No entanto, é preciso observar com cautela tais acontecimentos, de modo que estas ações não ocorram em frequência e intensidade consideradas atípicas.

Cardoso (2007) traz que alguns professores podem empregar o termo hiperatividade com menos cautela, quando se desconhece sobre o transtorno, acabando por generalizar toda criança que apresenta alguns sintomas característicos de inquietação, dificuldade de se concentrar, controlar a emoção e a impulsividade, o que para eles podem ser algo muito complexo ao se desconhecer sobre o transtorno, embora o que se espera de uma criança na Educação Infantil seja que mesmo que ela mantenha alguns desses comportamentos, se espera também que obedeça aos comandos quando por exemplo, o professor peça para que fique quieta em determinados momentos, o professor ao observar que a criança não consegue obedecer a algumas regras e comandos que os demais colegas os fazem e quando se desconhece menos sobre o assunto, ao se deparar com tal situação o professor pode vir a associar essas questões a alguma patologia que necessitam ser analisado por algum especialista. E pensar em encaminhar o aluno quando este apresenta um comportamento “inadequado” não é nenhum equívoco, desde que o profissional analise com atenção e dentro de suas competências.

O professor ao ter a suspeita de que o aluno apresenta os sintomas do TDAH deve se concentrar em observar por mais vezes o seu comportamento na sala de aula, conversar com os familiares responsáveis e realizar a escrita de um relatório com as observações adquiridas no ambiente escolar e o relato dos pais, para que se faça o encaminhamento do aluno a um profissional de saúde mental para ser avaliado. Isso é extremamente importante para que possa tomar as medidas cabíveis para o desenvolvimento tanto pessoal quanto social e acadêmico do estudante.

3.2 Características do TDAH e seus impactos

Os sintomas característicos do TDAH são pautados em desatenção, hiperatividade e impulsividade. A manifestação destes sintomas pode ocasionar diversos impactos na vida do indivíduo. Os comportamentos observados como inadequados ocorrem nos mais variados contextos, todavia é no contexto escolar que estes podem ser aflorados, visto que neste ambiente é exigido do aluno a disciplina e o ritmo de aprendizagem que acompanhe toda a turma.

Esses sintomas não são observados apenas no ambiente escolar, mas em todas as suas relações dentro do contexto social, no entanto é na fase escolar que as características ficam mais evidentes, o desempenho fica instável e não ocorre como esperado para tal fase, ou seja, uma criança que esteja por exemplo no início do Ensino Fundamental I fica em evidência aos seus demais colegas por ainda não saber escrever o seu nome, apresentando um fato a ser observado com mais atenção e cautela.

Não é preciso apresentar todos os sintomas para ser diagnosticado com o TDAH, de modo que este pode ou não haver a presença da hiperatividade, e quando não apresenta a hiperatividade física chama-se TDA, já que o TDAH tem uma gama de manifestações apresentando-se de várias formas. Silva (2010) traz que o TDA se trata de um funcionamento mental acelerado, inquieto, que produz incessantemente ideias que, por vezes, se apresentam de forma brilhante ou se amontoam de maneira atrapalhada, quando não encontram um direcionamento correto. É importante ressaltar que as pessoas com TDA sem a hiperatividade física apresentam os mesmos sintomas que as pessoas com TDAH, mas é válido trazer a informação de que pode ou não apresentar a hiperatividade, para que futuramente se possa diagnosticar corretamente.

Rohde e Benczik (1999) acentuam que existem três tipos de TDAH, o TDAH com predomínio de sintomas de desatenção, o TDAH com predomínio de sintomas de hiperatividade/impulsividade e o TDAH combinado. No primeiro a criança apresenta o correspondente a seis ou mais dos sintomas de desatenção, no segundo as crianças apresentam seis ou mais sintomas do grupo de hiperatividade/impulsividade, e por fim o terceiro, onde as crianças apresentam ao mesmo tempo muitos sintomas dos dois grupos.

Há várias teorias para tentar explicar as causas do TDAH, uma delas é de que é um distúrbio ou transtorno neurobiológico com forte influência genética e com caráter hereditário. Benzick (2000) diz que existem várias possíveis causas para o transtorno, e que mesmo havendo feitos estudos sobre o assunto, havia mais hipóteses do que reais fatos. A autora traz alguns possíveis fatores etiológicos que atuam para que o TDAH seja desenvolvido no indivíduo, como

por exemplo a hereditariedade, substâncias ingeridas na gravidez, sofrimento fetal, exposição ao chumbo, e alguns possíveis problemas familiares como o funcionamento familiar caótico, que provoca na mãe uma gravidez conturbada. Ainda em dias atuais vemos questionamentos sobre as causas do TDAH, e posicionamentos que as trazem como algo que com o avanço científico se poderá fazer grandes descobertas, não é algo que parou no tempo e que ficará para sempre, assim sendo cada vez mais importante os estudos para que o TDAH seja objeto de pesquisa. Para HARPIN (2005):

Características negativas podem estar associadas aos diferentes estágios de desenvolvimento. São acumuladas, podendo levar a sérios comprometimentos futuros: baixa autoestima até os sete anos, problemas de comportamento, atraso na aquisição do repertório acadêmico e déficit em habilidades sociais até os 11 anos. Dos 13 anos até a idade adulta, comportamento desafiador e opositivo, comportamento criminoso, expulsão da escola, abuso de substâncias, baixa motivação e dificuldades de aprendizagem. (HARPIN apud DESIDERIO e MIYAZAKI, 2007, p.168)

Achava-se de início que a partir de uma certa idade os sintomas iriam desaparecendo fazendo com que o adulto não apresentasse mais as características hiperativas e impulsivas que o TDAH desenvolve na criança, porém a partir de estudos foi comprovado que 30 a 60% dos adultos que tinham o transtorno quando criança continuavam a ter as mesmas características já na fase adulta, desmistificando os apontamentos.

Por ser um transtorno crônico o TDAH tende a causar impactos significativos ao longo da vida de pessoas que possuem o transtorno, tendo forte influência no seu desempenho escolar como também acadêmico, e em suas relações pessoais e sociais. Os indivíduos que possuem o transtorno podem ter muitas dificuldades em se relacionarem com as outras pessoas, justamente pelo fato do outro não entender seus comportamentos, havendo rejeição nestas relações. A dificuldade em não controlar os seus impulsos contribui para que o sujeito com TDAH se sinta constrangido perante situações cotidianas que para nós podem ser extremamente sem relevância. O DSM V diz que:

O TDAH é um transtorno do neurodesenvolvimento definido por níveis prejudiciais de desatenção, desorganização e/ou hiperatividade-impulsividade. Desatenção e desorganização envolvem incapacidade de permanecer em uma tarefa, aparência de não ouvir e perda de materiais em níveis inconsistentes com a idade ou o nível de desenvolvimento. Hiperatividade-impulsividade implicam atividade excessiva, inquietação, incapacidade de permanecer sentado, intromissão em atividades de outros e incapacidade de aguardar – sintomas que são excessivos para a idade ou o nível de desenvolvimento. Na infância, o TDAH frequentemente se sobrepõe a transtornos em geral considerados “de externalização”, tais como o transtorno de oposição desafiante e o transtorno da conduta. O TDAH costuma persistir na vida adulta, resultando em prejuízos no funcionamento social, acadêmico e profissional. (DSM V, 2014, p. 32)

O DSM V traz uma explicação bem ampla acerca do transtorno e de como ele pode causar prejuízos por toda a vida do indivíduo, mas é na fase escolar que essas características ficam mais evidentes causando grandes impactos para quem tem o transtorno, na fase pré-escolar pouquíssimas crianças têm maiores probabilidades de serem rotuladas como desatentas por seus pais até a idade de 4 anos, já que alguns comportamentos são bem aceitos de acordo com a sua faixa etária.

Barkley (2000) diz que apenas uma pouca porcentagem na infância tardia, pode apresentar sintomas suficientes para serem diagnosticados com TDAH, mesmo que os sintomas sejam severos, apenas metade terá o diagnóstico na infância tardia ou adolescência precoce, significando que o aparecimento dos sintomas na idade entre 3 e 4 anos não garantirá por si só que o TDAH persistirá. Sendo assim, é importante a observação e atenção perante o aparecimento dos sintomas na primeira infância. Entretanto, para a maioria das crianças, esse padrão precoce de TDAH durará no mínimo um ano e o TDAH provavelmente continuará durante a infância e adolescência, sendo assim, indicado que ambos os graus de sintomas precoce de TDAH e o quanto eles duram na adolescência determinam quais crianças serão mais propensas a exibir o transtorno de curso crônico.

Trazendo a discussão sobre a criança na idade escolar e os impactos sofridos pelo TDAH nessa fase, Barkley (2002) relata que essa criança costuma carregar um grande peso social ao ingressar na escola e esse peso perdurará durante os próximos 12 anos, sendo esta a área de maior impacto para suas incapacidades, gerando grandes angústias para elas e também para seus pais. As habilidades básicas escolares são essenciais para a conquista de uma carreira de sucesso, mas a criança com TDAH tem suas particularidades e dificuldades em realizar o que lhe foi dado em comando.

Não é surpresa que a grande maioria das crianças com TDAH seja identificada como diferente em seu comportamento por ingressar em escolas especiais, particularmente no ensino fundamental. Os pais terão, agora, de combater não apenas problemas de evolução de comportamento em casa, mas também o peso de auxiliar seu filho a se ajustar às necessidades acadêmicas e sociais da escola. (BARKLEY, 2002, p. 107)

Os pais por si só não conseguirão fazer mudanças na vida e contexto dessa criança, necessitam de ajuda da equipe escolar, como também de profissionais influentes no assunto para que assim possam intervir na vida escolar e social dessa criança com o intuito de ajudá-la a se desenvolver no contexto escolar e sociedade em que vive. O autor diz que é na fase escolar que o comportamento das crianças é mal interpretado pelos professores, onde geralmente os pais precisarão tolerar queixas dos professores, onde os mesmos observam os problemas da

criança na escola como fruto de problemas em casa ou falta de habilidades dos pais em criá-las, e é neste quesito onde os pais confrontam “decisões” sobre manter ou não essas crianças na pré-escola, devido ao seu comportamento inadequado e conseqüentemente ao baixo rendimento escolar.

Em muitos aspectos os pais podem vim a tomar decisões que causarão grande impacto na vida escolar dessas crianças com TDAH, como por exemplo a decisão de tirá-las da escola por falta de informações sobre o transtorno, como também falta de apoio escolar, já que com as observações dos professores, os pais podem achar que seus filhos não têm maturidade comportamental suficiente para estar naquele ambiente, devido também a sua faixa etária, acreditam que sua maturidade vem com o tempo e daí poderão ser inseridas na sala de aula e se comportar de maneira adequada como o seus demais colegas. Até mesmo a determinação da lição de casa vem a ser uma área de conflito para os mesmos, ao tentar realizá-las juntos, o tempo de duração dessas lições tende a ser conflituoso para os pais. Barkley (2002) diz que:

Para 20-25% das crianças com TDAH que provavelmente apresentam um transtorno de leitura, isso será notado à medida que as crianças tentarem dominar as primeiras tarefas de leitura na escola. Essas crianças são duplamente impedidas em sua performance acadêmica pela combinação dessas incapacidades. (BARKLEY, 2002, p.107)

Diante do exposto, observa-se que existem tempos diferentes para se perceber dificuldades que essas crianças possam vir a ter em algumas disciplinas, onde em alguns casos serão percebidas mais cedo e em outros pode demorar por mais tempo para serem percebidas, por exemplo dificuldades em matemática e escrita. Barkley (2002) sintetiza que “mesmo sem apresentarem dificuldades para leitura, quase todas as crianças com TDAH serão perseguidas por sua performance educacional irregular. ”. O fato das crianças com TDAH se comportarem de maneira diferente das crianças sem o transtorno, já é o suficiente para os mesmos receberem uma certa “atenção”, onde é voltada para elas de maneira ruim, onde por vezes pode vir a ser tensa.

As queixas dos pais são frequentes e muitas vezes a falta de acompanhamento psicológico os afeta e não conseguem compreender as fases do transtorno que seus filhos têm. Em casa os pais se queixam frequentemente de que seus filhos com TDAH não aceitam tarefas domésticas e responsabilidades tão bem quanto outras crianças da mesma idade. Sendo assim, se vê a necessidade de ajuda que elas precisam em tarefas básicas, como por exemplo em momentos de alimentação e higiene. (BARKLEY, 2002)

As crianças com TDAH apresentam oscilações em seu temperamento, além disso necessitam de acompanhamento nas realizações de atividades cotidianas, como ida ao banheiro, realizações de atividades escolares, que são tarefas básicas do seu dia a dia. Barkley (2002) ainda traz uma importante ressalva sobre consequências que as crianças com TDAH sofrem por falta de informações de pessoas ao seu redor, ele diz que:

Geralmente, crianças com TDAH são simplesmente toleradas ou expulsas de atividades sociais como clubes, aulas de música, esportes, escotismos. O padrão geral de rejeição social começará a aparecer nos anos escolares, caso ainda não tenha ocorrido. (BARKLEY, 2002, p. 107)

Com situação de rejeição por simplesmente tentarem aprender habilidades sociais, essas crianças acabam oprimidas e com aversão a outras crianças desenvolvendo baixo estima. Entretanto, Barkley (2002) diz que irrealisticamente nem todas as crianças com TDAH tendem a ter baixo estima, pelo contrário, algumas delas temem a admitir que não são boas como acreditam e sentem-se na obrigação de apresentar uma visão mais positiva de si próprias. Ele ainda diz que, todavia, muitas crianças com o transtorno colocarão a culpa por suas dificuldades em seus pais, professores ou pares devido à limitação de sua autoconsciência. Então deve-se entrar a ação de se trabalhar com essa criança sobre suas dificuldades e frustrações para que futuramente suas potencialidades sejam exploradas de forma positiva, trazendo uma realidade adversa do que elas próprias pensam de si. O autor traz ainda uma importante reflexão sobre a infância tardia e pré-adolescência das crianças com TDAH, onde reflete cujo é nessa fase que se estabelece bem alguns padrões de conflitos sociais, entre 7 e 10 anos onde 30 a 50% desenvolverão provavelmente transtorno de conduta e comportamento antissocial.

Alguns dos comportamentos desenvolvidos podem trazer consequências prejudiciais, como por exemplo, mentir, praticar pequenos furtos, e resistir a autoridades, embora esses comportamentos possam vir a serem praticados sintetiza Bakley (2002), entretanto, não significa que serão feitos por apenas esses pré-adolescentes apresentarem o TDAH, mas não deixa de existir a chance de que venham a fazê-los por serem comportamentos existentes pelo transtorno de conduta que os mesmos poderão desenvolver, levando assim a realizar tais práticas. Alguns também poderão não desenvolver transtornos de conduta, e os que não desenvolvem transtornos psiquiátricos, acadêmicos ou sociais até essa idade, provavelmente terão melhores resultados na adolescência, contudo, é uma fase muito importante para saber sobre os transtornos de conduta.

A maioria das crianças com TDAH, a essa altura, será submetida a um estudo com medicação estimulante, e mais da metade participará de algum tipo de terapia individual ou familiar. Aproximadamente 30-45% também receberá assistência de educação especial ao final da sexta série. (BARKLEY, 2002, p.108).

Em seus estudos de seguimento Barkley (2002) traz que o TDAH não some com o tempo, como muitos acreditavam, ou se pensa até hoje, ele diz que 70 a 80% das crianças que foram clinicamente diagnosticadas com TDAH continuarão a demonstrar sintomas e de 25 a 35% dos adolescentes demonstrarão comportamento antissocial ou transtorno de conduta, onde 30% pode experimentar ou abusar de drogas como álcool e maconha, 58% repetirão no mínimo um ano de escola e serão suspensos ou expulsos da escola ao menos três vezes mais do que os que não possuem o TDAH.

A adolescência é a fase onde os hormônios estão, todavia, aflorados, onde os adolescentes querem saber ou obter novas experiências para seu prazer, sem pensar se lhe causará ou não consequências dentro do seu contexto de vida social ou familiar. Para os adolescentes com TDAH, não difere, eles tendem a passar por essa fase da mesma maneira que os adolescentes que não tem o transtorno, no entanto, com questões que atrapalham ainda mais o seu contexto por sua condição de adolescente com TDAH, tendo essas questões como problemas que tornam esses anos mais difíceis. Barkley (2002) diz que aproximadamente 35% das crianças abandonam a escola antes de concluí-la e seus níveis de conquistas acadêmicas nos testes padrão estão bem abaixo do normal em matemática, leitura e ortografia.

São as mesmas questões que tornam os anos difíceis para indivíduos sem TDAH- identidade, aceitação pelo grupo, namoro e desenvolvimento físico surgem como uma segunda fonte de necessidades e ansiedades para os adolescentes com TDAH. Desenvolve-se, igualmente, na minoria dos casos, tristeza e depressão, baixa autoestima, diminuição das expectativas de sucesso futuro e preocupações sobre a conclusão dos estudos e aceitação social. (BARKLEY, 2002, p. 108)

Em seus próprios estudos de seguimento Barkley (2002), traz também que os adolescentes com TDAH podem começar a terem relações sexuais mais cedo e acabam por não utilizar métodos que previnam gravidez indesejada e precoce como também doenças sexualmente transmissíveis. Esses adolescentes também se envolvem muito em riscos relacionados a problemas de direção de veículos, onde verificou-se três vezes mais multas por excesso de velocidade e também acidentes automobilísticos. Vê-se nitidamente a necessidade de um acompanhamento adequado para obterem a ajuda necessária para que essas questões que trazem prejuízo para a vida do indivíduo sejam podadas, assim como também um

monitoramento adequado dos pais em suas atividades para que busquem formas de prevenção para resultados negativos.

Os impactos causados na vida adulta são ainda maiores, considerando que a vida adulta traz consigo grandes responsabilidades, é como se abrisse um leque ainda maior que na fase infantil e juvenil, trazendo impactos negativos e significativos no desempenho profissional e também educacional, visto que ainda na fase da infância não tenha tido o acompanhamento adequado, na fase adulta as dificuldades tendem a aumentar, são grandes os desafios vividos por pessoas com TDAH em toda a sua trajetória que vão muito mais além do que apenas no ambiente familiar e escolar.

Quanto a fase adulta de pessoas com TDAH, Barkley (2002) traz uma importante informação, o mesmo diz que pesquisas sugerem que 50-65% das crianças com o transtorno continuam apresentando sintomas na vida adulta, como também 10-20% das crianças atingem essa fase livres de qualquer sintoma, e embora essas crianças com TDAH quando atingem a fase adulta consigam trabalhar e serem autossuficientes, contudo seu nível de instrução e seu status socioeconômicos tendem a serem inferiores se comparados a outros, mesmo entre seus próprios irmãos. Vemos de fato existirem enormes dificuldades dessas crianças em relação a convivência no seu contexto social, acadêmico, familiar e etc. Mas devemos compreender que ainda com todas essas questões, se receberem o acompanhamento adequado na fase correta, os sintomas poderão ser aplacados e com resultados positivos em seu percurso de vida.

Em seus estudos de seguimento realizados com crianças com TDAH, Barkley (2002) relata que quando essas crianças evoluem para a fase adulta, tendem a trocar de trabalho mais frequentemente do que os adultos sem o TDAH, e são despedidos pelo seu comportamento e fraco autocontrole, pois assim como na escola, seus significativos problemas em algumas atividades que abrangem o seu trabalho contam para a soma de pontos negativos para o seu desempenho em suas funções. Os adultos com TDAH podem ser diferentes comparados a outros adultos sem TDAH, já que sofrem grandes impactos dos sintomas e tendem a lidar com a fase adulta de maneira impaciente quando se deparam com responsabilidades que são chegadas nessa fase. Diferentemente das crianças que não tem que lidar com problemas veiculares, atividade sexual, atividades financeiras, dentre outras questões que rodeiam a vida adulta. O autor salienta ainda que “as consequências dos sintomas do TDAH na vida adulta são mais difusas e sérias, e isso se deve ao aumento de diversidade, importância e tipo de responsabilidades que enfrentarão”. (BARKLEY, 2002, p. 110)

Assim é importante considerar os impactos sofridos ao longo de toda vida e não apenas na sua vida escolar, é de grande relevância que o diagnóstico seja assertivo e que se faça as

intervenções necessários, pois, é imprescindível que haja um diagnóstico precoce. De modo que, este implica diretamente na minimização dos impactos ocasionados pelo transporte, assim como possibilitam uma melhor qualidade de vida ao indivíduo.

3.3 O diagnóstico, tratamento e a medicalização dos corpos

Para a realização do tratamento do indivíduo com TDAH, exige-se que tenha o diagnóstico do transtorno, e para isso é necessário que se obedeça a alguns critérios diagnósticos. O diagnóstico é realizado por um profissional de saúde mental, através da aplicação de questionário, escalas ou entrevista, a partir de critérios estabelecidos pelo DSM. Essas estratégias são executadas com pais, professores e com a própria criança, afim de recolher informações sobre a mesma nos diversos ambientes em que circula. De acordo com o DSM-V existem alguns critérios para que se chegue ao diagnóstico do TDAH incluindo 9 sinais e sintomas de desatenção e 9 de hiperatividade e impulsividade. O diagnóstico que usa esses critérios requer seis ou mais sinais e sintomas de um ou ambos os grupos. Sendo necessário que esses sintomas estejam presente muitas vezes durante seis meses, sejam mais pronunciados do que o esperado para o nível de desenvolvimento da criança, ocorram em casa e também no ambiente escolar, estejam presentes pelo menos alguns dos sintomas na infância e antes dos 12 anos de idade e interfiram em sua capacidade funcional, para adolescentes mais velhos e adultos (17 anos ou mais), pelo menos cinco sintomas são necessários.

Alguns sintomas que entram como critérios para a realização desse diagnóstico de acordo com o DSM-V são:

Desatenção; Frequentemente não presta atenção em detalhes ou comete erros por descuido em tarefas escolares, no trabalho ou durante outras atividades; frequentemente tem dificuldade de manter a atenção em tarefas ou atividades lúdicas; frequentemente parece não escutar quando alguém lhe dirige a palavra diretamente; frequentemente não segue instruções até o fim e não consegue terminar trabalhos escolares, tarefas ou deveres no local de trabalho; frequentemente tem dificuldade para organizar tarefas e atividades; frequentemente evita, não gosta ou reluta em se envolver em tarefas que exijam esforço mental prolongado; frequentemente perde coisas necessárias para tarefas ou atividades; com frequência é esquecido em relação a atividades cotidianas. II- Hiperatividade/Impulsividade; frequentemente remexe ou batuca as mãos ou os pés ou se contorce na cadeira; frequentemente levanta da cadeira em situações em que se espera que permaneça sentado; frequentemente corre ou sobe nas coisas em situações em que isso é inapropriado. (Nota: Em adolescentes ou adultos, pode se limitar a sensações de inquietude.); com frequência é incapaz de brincar ou se envolver em atividades de lazer calmamente; com frequência “não para”, agindo como se estivesse “com o motor ligado”; frequentemente fala demais; frequentemente deixa escapar uma resposta antes que a pergunta tenha sido concluída; frequentemente tem dificuldade para esperar a sua vez; frequentemente interrompe ou se intromete. (DSM-V, 2014, p. 59-60)

Esses sintomas são descritos na última versão do DSM, que foi reformulado no ano de 2014, trazendo discussões relevantes sobre transtornos que estão envoltos na sociedade e que encontramos facilmente no ambiente escolar. Através de informações como estas, ao nos depararmos com o TDAH na sala de aula, conhecendo os sintomas acerca dos estudos feitos, podemos intervir dentro de nossas atribuições para encaminhar o indivíduo ao devido acompanhamento.

Sendo assim, o diagnóstico é de importante relevância para que a criança seja acompanhada por uma equipe multidisciplinar, e de acordo Benzick (2000), o diagnóstico é realizado por um profissional de saúde mental onde o mesmo fará uma avaliação da condição do paciente e após a realização de alguns procedimentos, em entrevista com o paciente, com os pais, o relatório escolar e exames físicos e laboratoriais, e obedecendo aos critérios de avaliação que exigem uma série de fatores para que o mesmo seja dado, o profissional poderá então iniciar o processo de conversa com os responsáveis. O que para alguns pais será uma grande surpresa e onde pode chegar a vir a negação, entretanto, esse diagnóstico poderá trazer para o seio familiar uma certa liberdade, pois então agora a criança poderá ter o devido acompanhamento, onde esse ajudará no seu próprio bem-estar.

Deve-se analisar minuciosamente e por um longo período o comportamento da criança onde se há suspeita de que tenha o TDAH, não se basear em ideias vagas e apenas pelas atitudes comportamentais da criança. É de suma importância uma avaliação cautelosa, por exemplo, se a apresentação de alguns dos sintomas se dá apenas no ambiente escolar e em casa o comportamento dessa criança seja descrito como “normal” por pais e familiares. Deste modo, é imprescindível que este diagnóstico seja realizado mediante o círculo social cujo a criança está envolvida.

Após a análise e avaliação dos critérios diagnósticos realizados pelo profissional de saúde mental, caso o resultado seja afirmativo ao TDAH, o profissional irá estabelecer algumas intervenções que auxiliarão no tratamento. Segundo Benzick (2000) algumas dessas intervenções podem ser delineadas como o acompanhamento médico, acompanhamento psicopedagógico, a psicoterapia e a medicalização, sendo essa a vertente mais polêmica da atualidade para o indivíduo com TDAH. O tratamento envolve para além do indivíduo diagnosticado com o transtorno, assim como envolve o círculo familiar e professores executando o remanejamento relacionado a maneira de como agem frente a manifestação dos sintomas e vivência com o sujeito. A autora salienta ainda que o psicólogo poderá marcar algumas sessões para apresentar algumas regras, para serem exercidas dentro do seio familiar e

também dar a oportunidade para que os pais mostrem como estão lidando com as dificuldades da criança.

Entre as intervenções destaca-se o tratamento através de medicamentos e também psicossocial. O tratamento psicossocial é de grande valia para o desenvolvimento da pessoa com TDAH, onde inclui treino de pais em manejo de contingências, aplicação do manejo de contingências em sala de aula e uma combinação destas estratégias. O TDAH pode estar ligado a algumas comorbidades, e quando acontece a associação, se é sugerido o encaminhamento para a psicoterapia individual. Contudo, a combinação entre o tratamento farmacológico e o psicossocial, ajuda na minimização dos sintomas trazendo para a pessoa que tem do transtorno melhor convivência em seu contexto de vida.

A psicoterapia pode atuar nesse tratamento de várias maneiras, entre orientação de pais, para auxiliar na vivência com a criança que tem o transtorno. Segundo Benzick (2000) a psicoterapia pode auxiliar os pais a entender as causas do TDAH, fazer distinção entre desobediência e incompetência, a dar orientações positivas, interagir com sucesso. A autora conclui que o papel do profissional de saúde mental nesse contexto é de fazer a mediação entre os pais e a conscientização quanto ao impacto que o TDAH tem na vida da criança, mediando essa relação entre pais e filhos, propondo-lhes formas de otimizar essa interação e entre pais-criança-escola, onde possam buscar juntos uma maneira mais harmoniosa de solucionar os problemas. O papel da psicoterapia é fundamental na contribuição para que o sujeito conheça e entenda a natureza do transtorno, dessa forma ajudará na compreensão trazendo dicas úteis para auxiliar nesse processo que quando desconhecido, pode se tornar algo pesado no contexto familiar e mostrando que a criança poderá viver com o transtorno e que precisará da ajuda das pessoas ao redor para que se sinta segura e apoiada em suas principais bases, a família.

Contando que o contexto escolar é de suma importância para a formação social e acadêmica da criança, a psicoterapia também interage com a área escolar e o professor desempenha um papel importante para a criança, se faz necessário que o profissional de saúde mental exerça a função de ajudar a esse profissional da educação a entender os conceitos básicos do TDAH, noções sobre os sintomas e os impactos causados no contexto escolar em que essa criança estará inserida para que o professor entenda e não aja impulsivamente quando por exemplo, ver a criança em situação de inquietude e pensar que é por desobediência ou incapacidade, e acabar por não compreender a situação. Segundo Benzick (2000), o estilo do professor que mais parece se ajustar a criança com TDAH é: Democrático, solícito e compreensivo; otimista, amigo e empático; consistente em dar respostas efetivas e rápidas para o comportamento inadequado da criança, não manifestando raiva ou insultando o aluno; bem

organizado e administra bem o tempo; flexível e maneja os vários tipos de tarefas; objetivo e descobre meios de auxiliar o aluno a atingir as suas metas. Esse perfil de professor terá mais sucesso em interagir com essas crianças, demonstrando afeto e que está ali para ajudá-lo quando for preciso, assim a criança se sentirá segura.

A criança com TDAH pode apresentar dificuldades no contexto escolar, uma delas é em termo de atraso de conteúdo teórico quando comparadas com seus outros colegas de classe. Os sintomas do transtorno podem promover dificuldades na aprendizagem, sendo assim o profissional de saúde mental com análise do relatório escolar poderá recomendar o acompanhamento do profissional psicopedagogo para que atue ajudando a prover o avanço da criança na escola com suas práticas psicopedagógicas. Benzick (2000) diz que:

O acompanhamento psicopedagógico é importante já que auxilia no trabalho, atuando diretamente sobre a dificuldade escolar apresentada pela criança, suprimindo a defasagem, reforçando o conteúdo, possibilitando condições para que novas aprendizagens ocorram. (BENZICK, 2000, p. 95).

Os profissionais psicopedagogos entrarão com intervenções em seus atendimentos que possam auxiliar nesse processo de aprendizagem do aluno, com algumas técnicas psicopedagógicas que permitam a criança se desenvolver em suas coordenações motoras e cognitivas, aprendendo também a lidar com as questões escolares e em seu desenvolvimento social dentro do contexto em que circule. Segundo Benzick (2000) o psicopedagogo deve se munir de recursos para trabalhar com essas crianças, como por exemplos a utilização de jogos sensório motores, que são muito utilizados, como por exemplo a amarelinha, bola de gude, damas, xadrez, carta memória, quebra-cabeças, etc. Além de outras técnicas de atividades que permitam ao mesmo tempo que a criança se desenvolva em sua aprendizagem, também permita ao profissional coletar dados cognitivos e psicanalíticos.

No tratamento farmacológico para o TDAH, estudos apontam que o medicamento que mais utiliza-se no Brasil é a Ritalina, prescrita por médicos, onde relatam que dificilmente causará dependência e diminuirá ou até eliminará os sintomas de desatenção e hiperatividade. Mas há também o uso de outros medicamentos para o tratamento, Desiderio & Miyazaki (2007) traz alguns medicamentos utilizados para o tratamento do transtorno. Quando o metilfenidato não produz resultados positivos, a segunda opção inclui os antidepressivos, como imipramina (Tofranilâ), nortriptilina (Pamelorâ), venlafaxina (Efexorâ), bupropiona (Wellbutrimâ), fluoxetina (Prozacâ), sertalina (Zoloftâ) e Paroxetina (Aropaxâ), vemos aí a troca de medicamentos que podem ser utilizados para tal tratamento. Os autores ainda ressaltam que o uso da terapia farmacológica pode haver resistências através dos pais, contudo o oferecimento

pelo tratamento durante um curto período de tempo, onde não havendo resultados, suspende-se o uso dos medicamentos e com isso pode auxiliar a reduzir a relutância dos pais. Mas é importante salientar que não se deve fazer a utilização de medicamentos apenas para tentar aplacar os comportamentos causados pelos sintomas do TDAH.

Deve-se ter a atenção quanto a medicalização, já que facilmente as pessoas com transtornos serão levadas a profissionais médicos para avaliações dos sintomas. Quando falamos em medicalização, talvez fique muitas dúvidas e inquietações em torno do que seja a medicalização e se é um termo que está ligado a medicação. O termo medicalização, segundo COLLARES e MOYSÉS (1994, P.26) apud RIBEIRO (2011, p. 6);

Refere-se ao processo de transformar questões não-médicas, eminentemente de origem social e política, em questões médicas, isto é, tentar encontrar no campo médico as causas e soluções para problemas dessa natureza. A medicalização ocorre segundo uma concepção de ciência médica que discute o processo saúde-doença como centrado no indivíduo, privilegiando a abordagem biológica, organicista. Daí as questões medicalizadas serem apresentadas como problemas individuais, perdendo sua determinação coletiva. Omite-se que o processo saúde-doença é determinado pela inserção social do indivíduo, sendo, ao mesmo tempo, a expressão do individual e do coletivo. (COLLARES E MOYSÉS 1994 apud RIBEIRO, 2011, p. 6)

Vemos a busca por meios de inserção de outras áreas científicas na educação como fonte de realização de estudos com determinados assuntos que seriam inicialmente educacionais sendo levados a medicina para o estabelecimento de uma conexão entre ambos para se trabalhar, como por exemplo, com alunos que necessitam de acompanhamento psicológico, onde sabemos também que não é de inteira responsabilidade do professor lidar com essas questões já que a educação tem suas interdisciplinaridades e também sua diversidades em torno do contexto acadêmico e também social, sendo assim se faz importante a conexão entre ambas as áreas para que se tenha respostas quando for necessário. Ribeiro (2011) vem dizer que:

Complexidade que articula-se com a compreensão de que a diversidade é inerente aos fenômenos humanos e sociais. Sendo a educação uma prática social, a diversidade em seu contexto é intrínseca a sua existência. Dessa forma a área educacional busca outras áreas do saber científico para estabelecer uma conexão no sentido de analisar e compreender seus fenômenos. (RIBEIRO, 2011, p.6)

Por outro lado, se ver também a medicalização da vida se tornando cada vez mais eminente, transformando questões que deveriam ser sociais e políticas em questões médicas. Como também a medicalização na infância, crianças cada vez mais novas tendo que serem medicadas ao serem levadas aos médicos com relatórios das suas dificuldades quanto a aprendizagem e no seu contexto social, como meio de controlar seus impulsos e reações, como

por exemplo, crianças com TDAH, sendo uma maneira até mesmo de facilitar a vida dos pais que não conseguem lidar com o transtorno no meio familiar.

Em nossa experiência profissional e acadêmica, o que temos visto como resposta para a solução dos problemas escolares é a prática da medicalização, nada de questionamentos institucionais ou políticos, mas uma epidemia de diagnósticos e encaminhamentos para profissionais parapedagógicos. (SCHICOTTI, ABRÃO e JÚNIOR, 2014, p.149)

Schicotti, Abrão e Júnior (2014), trazem o contexto cultural de transformar sintomas em doenças para serem tratados como tal, para que assim não se tenha um enfrentamento real do que esses sintomas significam para que possam ser tratados como realmente devem, se a sociedade se conscientizasse do que realmente a medicalização pode trazer para a vida e sobretudo na infância, essa cultura poderia ser rachada de maneira a beneficiar essas crianças e também seus familiares.

O termo medicalização nada tem a ver com o termo medicação, embora com a medicalização da vida, traga grandes infortúnios levando aos que entram em contato com essa realidade de serem levados aos profissionais médicos e assim entrando em contato com a rotina do tratamento de sintomas com os remédios, sendo aí empregado o termo medicação em suas vidas, a medicalização não deve ser empregada na vida das pessoas com TDAH para a disciplinarização dos corpos ou apenas para haver uma subordinação para medicalizar os comportamentos, mas sim para ajudar a minimizar os sintomas, visando ajudá-las a se manter em um padrão de vida mais tranquilo. A parceria interdisciplinar entre profissionais para educação da criança que necessita de acompanhamento é de suma importância para sua aprendizagem e sua trajetória acadêmica e social, mas deve-se agir cautelosamente para buscar compreender os fatos para que assim possam ser devidamente procedidos, trazendo para tais indivíduos uma melhor qualidade de vida.

4. O PAPEL DO PROFISSIONAL DE APOIO NAS ESCOLAS.

4.1 O surgimento de um novo profissional nas escolas.

Na perspectiva da educação inclusiva e com base na heterogeneidade em torno da educação especial, se faz necessário a inserção de profissionais que atuem de modo no apoio escolar em diversas áreas de suas atribuições, há legislações que incubem trazer para a modalidade de ensino regular leis que garantem o serviço e acesso do Público Alvo da Educação Especial (PAEE). Dentre elas, destacam-se a Constituição de 1988, a Declaração de Salamanca (1994), a Lei de Diretrizes e Bases (1996), a Convenção de Jontiem (1991), as Diretrizes Nacionais de 2001, a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), até a mais atual legislação Lei Brasileira de Inclusão (2015).

De acordo com Lopes (2018), a partir de 2008 a Educação Especial passou por grandes indicações de mudanças, com uma política que apresentou novos caminhos, exigências e discussões, vistos como progressos em alguns sentidos e alvo de críticas de outros. É importante repensar a educação seja ela Educação Especial ou Comum, pois a mesma vem mudando constantemente no contexto da humanidade, considerando mudanças somáticas para a garantia de uma educação de excelência e com qualidade. Sabemos da existência de grandes desafios na busca pela garantia de uma educação de qualidade para os alunos PAEE, a autora acentua através de seus estudos acerca do tema que alguns autores pontuam caracterizam desafios relacionados às questões econômicas, ausência de recursos humanos e materiais, precarização dos profissionais da educação, entre outras questões que vêm sendo discutidas na literatura. Rabelo (2012) pontua:

Que ainda assim existem desafios principalmente, relacionados à prática solitária dos professores, caracterizando a forma de trabalho isolada em sala de aula como um problema, pois quando recebe um aluno que necessita de um trabalho mais específico ou direcionado, o professor “não encontra o suporte, apoio, segurança, e condições de trabalho para escolarizar com qualidade seus alunos” (RABELO 2012 apud LOPES, 2018, p. 28)

Vemos a precarização do ensino como fato constante na educação, onde o professor por si só não consegue dar o suporte adequado para seus alunos, que assim deveria se ter um bom investimento para que dentro da escola obtivesse profissionais especializados que juntamente com toda a equipe escolar mantivesse uma boa conjuntura do ensino regular para com as crianças. Martins (2011) diz que embora necessite de ajustes, surge um novo personagem considerado como serviço de apoio recente no cenário escolar. Trata-se de um profissional que, de acordo com a análise dos documentos oficiais, passou por modificações de perfil e função ao longo dos anos e que apresenta indefinições de perfil e função, equívocos na atuação, além

de diversas denominações. Ela traz em sua pesquisa diversas denominações para o profissional de apoio de acordo com as localidades em que foram contratados. E dentre essas denominações destacam-se cuidador, monitor, mediador, estagiário mediador, auxiliar de ensino, auxiliar de vida escolar, atendente, acompanhante especializado, dentre outros, estabelecendo um certo alvoroço mediante a denominar o profissional de apoio e suas funções.

A legislação oferece ao PAEE um regime de contra turno, de forma extraclasse, um ensino em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), por professores especializados. Apesar da lei sobre o AEE, também se exigiu a atuação do profissional para crianças com necessidades especiais na escola regular que tivessem necessidade em higiene, locomoção e alimentação. Com isso, um fato importante a se discutir é a polêmica em torno da nomenclatura desse profissional muito confundida com o monitor e professor de apoio. Martins (2011) em sua pesquisa sobre o profissional de apoio, encontrou divergências acerca dos profissionais em torno do apoio escolar especializado para alunos PAEE incluindo a diversidade de atuações entre os profissionais de cada cidade diferenciadas a partir de critérios profissionais.

Lopes (2018) mostra a exemplificação desses profissionais, trazendo o professor de apoio pedagógico e auxiliar de ensino, os quais exerciam o único serviço de apoio à sala comum para dar suporte de maneira geral para os alunos PAEE, tinham como função além das atividades relacionadas a planejamento e ensino, o auxílio aos alunos que possuíam dependência nos cuidados pessoais. O outro perfil de profissional apresentado nos demais municípios possuía a função de apoio a cuidados e necessidades básicas aos alunos dependentes, nesses casos, eram denominados cuidadores, profissionais de apoio, estagiário e entre outros.

A necessidade e urgência de prover um atendimento educacional qualificado para o aluno com necessidades especiais fez surgir esse agente educacional no contexto escolar que obtivessem funções de apoio escolar especializado para sintetizar o desenvolvimento educacional dos alunos PAEE no contexto escolar, mesmo assim não deixando de lado o desentendimento acerca da distinção dos profissionais e suas funções dentro da escola, não havendo a regulamentação para o trabalho do profissional a ponto de em muitas circunstâncias serem confundidos com os professores de apoio, e assim sendo referido em muitos discursos.

Bezerra (2020) traz uma importante ressalva, que diante dessa realidade, a publicação da Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, pela qual foram instituídas as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, validou, pela via legal, o que fora indicado apenas como diretriz no texto do Plano Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI). Essa Resolução tornou-se, portanto, um dos documentos que, sem maiores especificações,

legitimou a existência de “outros profissionais”, os não docentes e não pertencentes ao campo da educação formal, como parte do aparato criado para, em tese, garantir a efetividade do modelo de inclusão escolar que era forjado pelas diretrizes nacionais. Muito embora tendo suas funções circunscritas à tríade alimentação, higiene e locomoção, o profissional de apoio à inclusão escolar estava, porém, articulado à organização do serviço do AEE, isto é, um trabalho de mediação pedagógica especializada, o que, como se depreende, tem impactado nas interpretações sobre a identidade e os limites de atuação desse profissional. A resolução pontua que:

Art. 10. O projeto pedagógico da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE prevendo na sua organização: I – sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos; II – matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola; III – cronograma de atendimento aos alunos; IV – plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas; V – professores para o exercício da docência do AEE; VI – outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção [...]. (Resolução n. 4, 2009, p. 2, apud BEZERRA, 2020, p. 676)

Entretanto, não houve uniformidade quanto à formação exigida, às atribuições e carreira desse profissional, que, em diversas localidades, foi e ainda é contratado como estagiário de cursos de licenciatura, especialmente do curso de Pedagogia. E com todas essas implicações, a legislação em torno da educação especial, o perfil e as funções do profissional de apoio vem tendo algumas modificações, reduzindo a exigência em torno de sua formação, considerando o profissional de apoio apenas como cuidador ou monitor, que antes era citado como professor especializado.

4.2 O papel do profissional de apoio

Quando partimos para discussões sobre esse profissional, emergem perguntas em torno de suas funções que são necessárias serem respondidas para dar seguimento a tirada de dúvidas e questionamentos em torno de qual papel esse profissional exerce. Vemos que esse profissional vem sendo recentemente muito citado para se trabalhar com o Público Alvo da Educação Especial, e vem sendo muito confundido em muitos termos dentro e também fora das escolas, recebendo uma multiplicidade de denominações para esse indivíduo. Como por exemplo, cuidador, monitor, professor de apoio, mediador, estagiário, entre outras.

Lopes (2018) traz em sua análise ao histórico da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, a passagem das funções dos profissionais de apoio por muitas modificações onde reduziu-se até mesmo a exigência de sua formação, o que antes era citado como

profissional especializado, como apenas cuidador ou monitor. Ela cita a resolução CNE/CBE 02/2001 para descrever as funções desse profissional nas escolas, cuja função era dar suporte ao professor da sala de aula comum, não sendo um profissional a parte ou que ajudasse apenas nas necessidades físicas dos alunos que necessitassem de apoio educacional especializado na sala de aula. O artigo 8º da resolução, parágrafo IV dita bem sobre essas funções, e diz que:

IV – Serviços de apoio pedagógico especializado, realizado, nas classes comuns, mediante: a) atuação colaborativa de professor especializado em educação especial; b) atuação de professores-intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis; c) atuação de professores e outros profissionais itinerantes intra e interinstitucionalmente; d) disponibilização de outros apoios necessários à aprendizagem, à locomoção e à comunicação. (BRASIL, 2001, p. 2)

De acordo com Lopes (2018) o profissional era descrito como suporte ao professor do ensino comum, e era exigida a formação especializada e capacitação para que se atuasse como profissional de apoio, ou seja, o profissional destinado a trabalhar com o PAEE, teria especialização e poderia agir diretamente com estratégias e procedimentos para atender as necessidades dos alunos, atuando juntamente com os professores das salas de aula comuns.

§ 2º São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados ao atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. § 3º Os professores especializados em educação especial deverão comprovar: I - formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para educação infantil ou para os anos iniciais do ensino fundamental. (BRASIL, 2001, p. 5)

Os professores especializados em educação especial se diferenciam dos profissionais PAIE, Profissional de Apoio à Inclusão Escolar, que não existia na legislação de 2001. Sendo assim, como afirma Martins (2011), entre os anos de 2005-2010 o AEE passou-se a ser valorizado através das salas de recursos multifuncionais, cujo profissional responsável era o professor especializado com formação em Educação Especial. Vê-se aí diferença entre o professor de apoio, e o profissional de apoio, que agora separou-se suas denominações e funções, o professor de apoio como um profissional especializado para atender no AEE em horários alternativos às aulas de sala de aula comum e o profissional de apoio para atuar nas escolas, e é válido ressaltar a importância dos dois profissionais para o atendimento da criança com necessidades especiais. Lopes (2018), traz que em 2010 uma nota da já extinta Secretaria de Educação Especial (SEESP) publicou a nota técnica 19/2010, cujo assunto era o Profissional

de Apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados na escola comum da rede pública de ensino. A nota pelo que se lê, traz as necessidades e condições para que devam ser asseguradas para o pleno acesso dos alunos, de acordo com o que segue:

As escolas de educação regular, pública e privada, devem assegurar as condições necessárias para o pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência e transtorno globais do desenvolvimento, em todas as atividades desenvolvidas. (BRASIL, 2010, p. 1)

“Assim, os profissionais de apoio são considerados nessa nota técnica uma estratégia para garantir as condições necessárias e o pleno acesso dos estudantes ao ensino regular. ” (LOPES, 2018, p. 33). A inserção desse profissional no ambiente escolar traz o acesso ao ensino regular a esses alunos com necessidades especiais, que precisam de ajuda em suas atividades pessoais e também escolares, com essa nota da secretaria estava garantindo que esse aluno tivesse o acompanhamento no ensino sem que ficassem excluídos.

Dentre os serviços da educação especial que os sistemas de ensino devem prover estão os profissionais de apoio, tais como aqueles necessários para promoção de acessibilidade e para atendimento a necessidades específicas dos estudantes no âmbito da acessibilidade às comunicações e da atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção. (BRASIL, 2010, p. 1)

Fazendo uma breve análise sobre a nota, vê-se que fica uma certa defasagem no papel desse profissional, onde de acordo com a nota, poderá ser inserido na sala de aula profissionais de apoio com formações distintas e não específicas para o atendimento do PAEE e sendo assim, fica a critério de quem está contratando escolher qual o profissional irá a escola desenvolver o trabalho, seja ele professor especializado ou um indivíduo com ensino médio completo. Lopes (2018) traz que a nota ainda menciona a possibilidade de o atendimento ser individualizado para os alunos que são dependentes nas ações supracitadas e afirma que o apoio deve ser de acordo com as especificidades apresentadas pelo aluno, relacionado às condições de funcionalidade e não a sua deficiência.

Sendo assim, é relevante que se faça presente aqui a nota para que fique claro o que diz tal documento sobre esse profissional e suas mudanças de acordo com o tempo, considerando os seguintes aspectos relacionados às atividades dos Profissionais de Apoio:

[...] - Os Profissionais de Apoio às atividades de locomoção, higiene, alimentação, prestam auxílio individualizado aos estudantes que não realizam essas atividades com independência. Esse apoio ocorre conforme as especificidades apresentadas pelo estudante, relacionadas à sua condição de funcionalidade e não à condição de

deficiência. - A demanda de um Profissional de Apoio se justifica quando a necessidade específica do estudante público-alvo da educação especial não for atendida no contexto geral dos cuidados disponibilizados aos demais estudantes. - Em caso de educando que requer um profissional “acompanhante” em razão de histórico segregado, cabe à escola favorecer o desenvolvimento dos processos pessoais e sociais para a autonomia, avaliando juntamente com a família a possibilidade gradativa de retirar esse profissional. - Não é atribuição do Profissional de Apoio desenvolver atividades educacionais diferenciadas, ao aluno público-alvo da educação especial, e nem se responsabilizar pelo ensino deste aluno. O Profissional de Apoio deve atuar de forma articulada com os professores do aluno público-alvo da educação especial, da sala comum, da sala de recursos multifuncionais, entre outros profissionais no contexto da escola. - Os demais Profissionais de Apoio que atuam no âmbito geral da escola, como auxiliar na educação infantil, nas atividades de pátio, na segurança, na alimentação, entre outras atividades, devem ser orientados quanto à observação para colaborar com relação no atendimento às necessidades educacionais específicas dos estudantes (BRASIL, 2010, p. 2)

Ao longo das décadas houve mudanças na atuação e perfil dos profissionais de apoio que dão suporte a rede de inclusão escolar, com a atualidade os documentos foram mudando em relação as exigências de que os profissionais deveriam ser especializados, mantendo o perfil de cuidador do aluno PAEE. Sendo assim, a especificação desse profissional, que recebe a denominação de profissional de apoio, é descrita pela Lei nº 13.146, Art. 3º como:

XIII- Pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (BRASIL, 2015, p. 3)

De acordo com a lei nº 13.146/2015, o profissional de apoio não só atuará na locomoção, higiene e alimentação, como também em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, onde o profissional não entrará na parte do apoio pedagógico, mas dará suporte ao aluno em suas atividades escolares, onde algumas pessoas podem acabar por se confundir na percepção de suas funções.

Logo após as grandes modificações que se perpassou sobre esse profissional no cenário educacional, chegou-se a essa descrição sobre quem é esse profissional de apoio, cujo anteriormente para atuar no ambiente escolar necessitaria de um curso de especialização na área e atuava diretamente nas atividades escolares, agora ganhando o perfil de cuidador do aluno com necessidades educacionais especiais, resultando também no sucateamento de profissionais, onde exigindo-se formação mínima poderia acarretar em uma economia nos cofres públicos. Mas é importante ressaltar que a inserção desse profissional nas escolas contribuirá com grande valia na formação desses alunos PAEE, onde o profissional exercerá funções que ajude o aluno desde a sua locomoção até as atividades escolares onde se fazer necessária sua atuação, essas

outras atividades não são definidas, e o profissional pode interferir nas atividades escolares dentro do ambiente da sala de aula e isso contribui não só apenas para que o profissional os ajude em perante as necessidades como também na inclusão do aluno PAEE no ambiente escolar. Lopes (2018) destaca que antes se necessitava de um familiar do aluno PAEE na escola para que essas atividades pudessem ser realizadas.

Assim como no AEE, se faz importante a inserção desse aluno nas salas de aula comuns, pois desde a tenra infância é necessário que a criança faça parte da sociedade como um todo para que cresça inserido no contexto social no qual se vive, e claramente a inserção do profissional de apoio nesse ambiente ajudará de forma imprescindível na formação não apenas escolar, mas também para o ser social que se tornará. A parceria entre o professor regente da turma e o profissional de apoio na sala de aula é indispensável para que possa se desenvolver um trabalho de excelência e contribuição para a construção do conhecimento.

5. AS PRÁTICAS DO PROFISSIONAL DE APOIO COMO SUPORTE PARA FAVORECER A INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM TDAH.

5.1 Declaração de Salamanca

A declaração de Salamanca é um documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha 1994, objetivando o fornecimento de diretrizes básicas para a criação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social. Essa declaração é um dos principais documentos mundiais que está pautada na inclusão social.

Toda criança é um ser singular, ou seja, tem suas próprias especificidades e singularidades que as diferenciam de outras crianças, e devido a essas singularidades cada criança necessita do suporte de políticas sociais que possam atender suas demandas escolares conforme suas particularidades para que estejam incluídas no contexto em que circulam juntamente também com os seus pares. Segundo a Declaração de Salamanca (1994) o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter.

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas. (UNESCO, 1994)

O documento ainda declara que:

[...] escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. No contexto desta Estrutura, o termo "necessidades educacionais especiais" refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. (UNESCO, 1994, p.3)

Diante ao exposto, as escolas devem reconhecer as particularidades de cada criança e estarem preparadas para atender as diversas necessidades de seus alunos, respeitando e recebendo as diversidades, assim como criar diversos mecanismos para elaboração de estilos diferentes de aprendizagem, e que possa assegurar uma educação de qualidade para todos que ali estarão inseridos. Assim como para promover a inclusão no ambiente escolar as crianças com necessidades educacionais especiais devem receber qualquer apoio extra além de seus

professores tanto em salas de aula comuns como também nas especializadas que precisem, para que lhes assegure uma educação com o efetivo desenvolvimento de sua aprendizagem. (UNESCO, 1994)

As escolas precisam estar preparadas e com adaptações para a inserção de todas as crianças independente de suas especificidades ou necessidades, precisa atender as singularidades de cada aluno para o seu desenvolvimento no processo de aprendizagem, buscando maneiras de adaptação do currículo e inovação das práticas pedagógicas para que assim possam acolher de maneira inclusiva e com afetividade toda a criança que possua necessidades educacionais especiais.

5.2 A inclusão do aluno com Necessidades Educacionais Especiais na perspectiva da Política Nacional da Educação Especial-PNEE: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao longo da Vida

A Política Nacional da Educação Especial (PNEE, 2020), instituída pelo Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, tem o intuito de assegurar que as perspectivas da Educação Inclusiva sejam cumpridas. Se faz cumprir o direito de equidade e inclusão na educação para todas as crianças sem exceção, esse documento norteia e orienta a implementação de políticas para a Educação Especial nas escolas, para que se faça o atendimento e a inclusão do Público Alvo da Educação Especial respeitando suas particularidades assegurando seus direitos como cidadãos. Trazendo como base o desenvolvimento e inclusão das crianças e o respeito a seus direitos a uma educação de qualidade e sua permanência nas escolas. “A questão fundamental é “como” atender aos educandos da educação especial, respeitando suas características e peculiaridades, para que seja garantida a possibilidade de desenvolvimento e inclusão social, acadêmica, cultural e profissional.” (PNEE, 2020, p. 11)

A Política Nacional da Educação Especial assegura os direitos do aluno PAEE no ambiente escolar, para que esse público esteja amparado pelo direito a Educação Inclusiva, garantindo que esses alunos permaneçam no ambiente escolar participando de toda e qualquer atividade que ali esteja sendo exercida.

É um documento que foi elaborado seguindo os apontamentos de estudantes da educação especial, familiares desses estudantes, professores, gestores escolares, outros profissionais da escola, secretários de educação, profissionais da educação superior, pesquisadores, membros de organizações não governamentais, membros de conselhos, cidadãos interessados e outros, onde busca oferecer avanços para a área da Educação Especial com o objetivo de oferecer o melhor da educação especial e educação inclusiva. É importante

ênfatisar “[...] que não pode haver contradição entre educação especial e educação inclusiva, porque toda educação especial deve ser inclusiva e toda prática de inclusão deve ser compreendida como sendo motivo de atenção especial. ” (PNEE, 2020, p. 15)

Um aluno com necessidades educacionais especiais para que esteja incluído no ambiente escolar, onde ele por si só não realiza suas atividades, sejam elas de locomoção e higiene ou atividades escolares, para estar incluído nesse ambiente necessita da garantia de acompanhamento adequado de um profissional. “A educação em um sistema educacional equitativo e inclusivo e com aprendizado ao longo da vida é um direito de todos. ” (PNEE, 2020, p.47). A comunidade escolar deve oferecer serviços de profissionais que atendam com a colaboração para que todos tenham acesso aos serviços que são necessários para que se promova a igualdade e equidade no desenvolvimento humano e social. (PNEE, 2020)

É um direito de toda criança o acesso à educação de qualidade e com equidade, devem ser asseguradas e ter a garantia de permanência no ambiente escolar com uma aprendizagem de qualidade obtendo êxito no seu desenvolvimento. Segundo a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com aprendizado ao longo da vida (2020) na perspectiva da educação inclusiva:

O princípio do ambiente escolar acolhedor e inclusivo representa a escola como espaço de acolhimento e inclusão de todos os educandos, de desenvolvimento do trabalho colaborativo e de respeito às singularidades diante da diversidade existente na população escolar. A escola deve ser pautada na garantia de participação com acolhimento, por meio de práticas pedagógicas equitativas e inclusivas que promovam a aprendizagem para todos e com aprendizado ao longo da vida (PNEE, 2020, p. 49)

Com as práticas pedagógicas pautadas na garantia de uma educação equitativa, inclusiva e com aprendizagem ao longo da vida, as crianças com necessidades educacionais especiais poderão estar asseguradas de que o seu aprendizado e desenvolvimento serão explorados de maneira positiva e potencializados para que possam ser valorizados e estarem inseridos num contexto educacional onde não se sintam excluídas, e que mesmo com suas diferenças, terão igualdade e respeito no ambiente escolar.

Com as questões relacionadas em torno da educação inclusiva no PNEE (2020), se compreende que a educação inclusiva se volta para que as práticas pedagógicas realizem o atendimento das demandas e necessidades das crianças com deficiência, e com necessidades educacionais especiais, com uma equipe escolar que esteja articulada para receber essas crianças com o acolhimento necessário para que essa criança possa se desenvolver e aprender de forma equitativa e igualitária no espaço escolar, com toda acessibilidade e acompanhamento que essa criança necessita. Quanto a acessibilidade o PNEE (2020) diz que:

A acessibilidade plena requer a eliminação de barreiras atitudinais, pedagógicas, urbanísticas, arquitetônicas, tecnológicas, linguísticas, comunicacionais, informacionais e nos transportes, as quais possam restringir ou impedir o pleno acesso, a participação e a aprendizagem dos educandos. Tal nível de acessibilidade requer, ainda, a organização dos espaços de maneira atenta à diversidade das demandas dos educandos e educadores que atuam nos sistemas de apoio. (PNEE, 2020, p. 50)

A escola deve se organizar para que o aluno com necessidades educacionais especiais possa estar inserido nesse contexto educacional, que atenda a demanda de um ambiente reformulado em torno do acesso dos mesmos e também que a equipe escolar esteja organizada de forma para que o apoio seja exercido. Sendo assim, é de direito do aluno além da acessibilidade nesse ambiente, o acompanhamento de profissionais da rede de apoio da Educação Especial. Além dos direitos assegurados em torno da educação inclusiva para esses alunos, o PNEE (2020) ainda assegura que:

O envolvimento, a participação e o acompanhamento da família configuram-se como essenciais no processo de promoção da aprendizagem dos educandos, e cabe ao sistema de ensino e à própria família garantir essa parceria colaborativa, resguardando sempre a liberdade de escolha para o educando e sua família quanto à mais adequada alternativa educacional (PNEE, 2020, p. 51)

Não é de inteira responsabilidade escolar a aprendizagem e desenvolvimento do aluno, a família tem um papel indispensável na colaboração para ajudar o educando a se desenvolver também no espaço escolar, nisso essa parceria entre o sistema de ensino e a família é fundamental para que venham prover essa aprendizagem de maneira somativa e com amplo desenvolvimento. A família tem um papel fundamental na escola, se faz importante o acompanhamento do processo de aprendizagem da criança. A parceria que se estabelece entre a família e a escola pode vir a influenciar positivamente nesse processo e o acompanhamento dos pais ajuda no processo de desenvolvimento educacional do seu filho, pois essa parceria entre escola e família pode agir de maneira positiva na vida do educando estabelecendo uma relação de amor e aprendizado. Quando a família age ativamente na vida educacional do educando, os resultados podem se potencializar e serem mais significativos para o seu desenvolvimento.

Um dos objetivos da PNEE (2020) é incentivar a qualificação de professores e demais profissionais da educação. É importante para que esses profissionais que atendem os alunos da Educação Especial tenham uma formação continuada para lidar com esse público, ou seja, possa ter uma especialização nessa área de educação própria e específica para trabalhar com esse público, pois é pequena a quantidade de professores que possuem essa especialização para atuar

na Educação Especial e poder complementar a educação dos alunos com deficiência. É de extrema necessidade que os profissionais que atendem as demandas dos alunos com NEE, possam ter uma formação continuada e especialização que possa atuar de maneira a atender as demandas desses alunos, onde possam estar recorrendo as práticas pedagógicas específicas que estejam voltadas a atender qualquer tipo de NEE e a qualquer deficiência.

Sobre o AEE, a PNEE (2020) dispõe que:

A PNEE 2020 destaca o atendimento educacional especializado como uma diretriz constitucional – art. 208 da Constituição – o qual pode, certamente, significar o atendimento realizado nas salas de recursos no contraturno escolar, mas, também, deve significar o atendimento especializado oferecido em todo o processo educacional, não se reduzindo ao uso de recursos de assistência tecnológica. (PNEE, 2020, p. 53)

É importante salientar que além do AEE atender alunos PAEE na sala de recursos e com atendimentos específicos em regime de contraturno, poderá contribuir com a assistência em toda trajetória escolar e no processo educacional desses alunos. O PNEE (2020) traz a questão de “V – assegurar aos profissionais da educação a formação profissional de orientação equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida, com vistas à atuação efetiva em espaços comuns ou especializados. ” (PNEE, 2020, p. 54) onde poderá contribuir não só nesse processo, como também em sua formação social e pessoal. O professor especializado para atuar no AEE necessita de estar à frente de planejamentos e criar mecanismos para produzir práticas pedagógicas que se voltem para a prática de ações que interfiram no processo educacional de crianças da educação especial, como por exemplo, práticas que ajudem a incluir essas crianças em todo o ambiente escolar.

Na nossa sociedade existe grande diversidade em torno da humanidade, cada pessoa tem suas particularidades e necessitam que exista valorização dessa diversidade, como por exemplo, “VI – valorizar a educação especial como processo que contribui para a autonomia e o desenvolvimento da pessoa e também para a sua participação efetiva no desenvolvimento da sociedade, no âmbito da cultura, das ciências, das artes e das demais áreas da vida. ” (PNEE, 2020, p. 55), o respeito e a valorização da diversidade humana são de suma importância para uma sociedade mais inclusiva e que respeite as diferenças, e o ambiente educacional deve ser pautado nesse respeito, já que encontramos muitas diversidades no ambiente escolar.

Do Público Alvo da Educação Especial o PNEE diz:

Art. 5º A Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida tem como público-alvo os educandos que, nas diferentes etapas, níveis e modalidades de educação, em contextos diversos, nos

espaços urbanos e rurais, demandem a oferta de serviços e recursos da educação especial. (PNEE, 2020, p. 56)

Todo aluno que demande da oferta de serviços e recursos da educação especial, se encaixa no PAEE, e precisa ser atendido devidamente e com disposições em que possa ser desenvolvido o seu aprendizado em torno do ambiente escolar e também em outros ambientes em que circule. É fato que alunos com TDAH, necessitem desses recursos para o seu desenvolvimento tanto no ambiente escolar, como também em outros ambientes que se faça presente, o PNEE (2020) assegura que o aluno que necessita desses recursos, possa receber atendimento e o acompanhamento necessário para se desenvolver, e a garantia de que esses alunos receberão atendimento de profissionais articulados para atender essas demandas, faz-se cumprir direitos não apenas como pessoa com necessidades educacionais especiais, mas também como cidadão.

Sobre o profissional de apoio, o PNEE (2020) diz que:

O Profissional de Apoio Escolar ou Acompanhante Especializado (de que trata o inciso XIII do caput do art. 3º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 12.764, de 2012) é a pessoa que exerce atividades de apoio na alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e do estudante com transtorno do espectro autista e de apoio na interação e na comunicação desses educandos, nas atividades escolares nas quais se fizer necessário, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas. (PNEE, 2020, p. 84)

Tais profissionais podem atuar em todas as atividades escolares, nas classes regulares, nas classes especializadas, nas classes bilíngues, nas salas de recursos multifuncionais ou específicas bem como em outros ambientes da escola, sempre que necessário. Os sistemas devem oferecer aos profissionais de apoio escolar cursos específicos que os habilitem a apoiar os educandos da educação especial nas suas diferentes necessidades. (PNEE, 2020). Os profissionais de apoio poderão dar suporte aos demais professores das salas de aula comuns, como também das salas especializadas considerando suas funções e também atendendo as demandas dos alunos, desde a alimentação à realização de suas atividades escolares e assim favorecer a inclusão do aluno no ambiente em que está inserido.

Sobre algumas responsabilidades dos sistemas de ensino, a PNEE (2020) destaca:

Garantir a oferta de serviço do Atendimento Educacional Especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação, matriculados em escolas regulares inclusivas, escolas especializadas, escolas bilíngues de surdos e classes especializadas; prover recursos humanos técnicos, tecnológicos e materiais para a oferta de atendimento educacional especializado a todos os educandos da educação especial organizar um setor responsável pelo planejamento, pela implementação, pelo acompanhamento e pela

avaliação das ações designadas na PNEE 2020; promover a organização e o funcionamento dos serviços da educação especial de maneira acessível, flexível, multifuncional, equitativa, inclusiva e com foco no aprendizado ao longo da vida, comprometidos com o sucesso acadêmico de todos os educandos, com respeito e valorização tanto da singularidade como da diversidade na escola. comprometer-se com a melhoria permanente da qualidade da educação, mediante políticas de formação e valorização dos profissionais que atuam nas escolas regulares inclusivas, bilíngues ou especializadas, bem como no SAEE, a fim de que adquiram conhecimentos sobre práticas pedagógicas equitativas e inclusivas e sobre o princípio do aprendizado ao longo da vida, acompanhando e avaliando a formação continuada para aferir sua efetividade nos processos de ensino e no atendimento educacional especializado; estabelecer parcerias com Instituições de Ensino Superior, com outros setores governamentais e com organizações da sociedade civil para cumprimento das finalidades da educação equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida; (PNEE, 2020, p. 88-89)

Diante as tais constatações, é importante salientar que é necessário que as especificidades, particularidades e singularidades das crianças da educação especial, sejam respeitadas, que a educação seja voltada para a inclusão e equidade para que se tenha respeito acima de tudo pela vida, que todos os profissionais sejam eles os professores das salas de aula comum, especializados ou profissionais de apoio, possam ter suporte do próprio sistema para prover o acesso de todas as crianças que necessitam de atendimento educacional especializado, para que estas possam ter um efetivo desenvolvimento e aprendizagem necessária numa educação que seja inclusiva, equitativa e com aprendizado ao longo da vida.

Assim como a PNEE (2020) que trata de questões importantes sobre a inclusão, equidade e aprendizado ao longo da vida, em 2021 foi sancionada a Lei nº 14.254 de 30 de novembro de 2021, essa lei prevê assistência integral ao aluno com Dislexia, TDAH ou outro transtorno de aprendizagem, como também defende que os transtornos tenham o diagnóstico precoce para que a criança que tenha o transtorno possa ser encaminhada e assim ter o devido apoio educacional e também em toda rede de saúde. Segundo a lei nº 14.254:

Art. 2º As escolas da educação básica das redes pública e privada, com o apoio da família e dos serviços de saúde existentes, devem garantir o cuidado e a proteção ao educando com dislexia, TDAH ou outro transtorno de aprendizagem, com vistas ao seu pleno desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, com auxílio das redes de proteção social existentes no território, de natureza governamental ou não governamental. (BRASIL, 2021, p. 1)

A nova lei traz que as escolas devem estar articuladas juntamente com a família e serviços de saúde para que garantam o cuidado e proteção desses educandos. Visando que estejam em pleno desenvolvimento e proteção acerca de suas especificidades e do que necessitam para que isso aconteça. É importante salientar que a lei foi sancionada em contexto pandêmico e em condições bem precárias em que se encontra o nosso país, para que aplaque todas as dificuldades nas quais nosso contexto educacional vem passando, é necessário que o

governo possa tomar atitudes que tragam para a realidade essa nova lei, que é linda e que defende algo tão importante que é a educação de nossas crianças com necessidades educacionais especiais.

5.3 Práticas desenvolvidas através dos profissionais de apoio para favorecer a inclusão escolar da criança com TDAH.

Ao adentrar alunos com NEE em uma sala de aula de ensino regular, se necessita que a escola faça as adaptações necessárias para que atenda as demandas desses alunos para buscar seu desenvolvimento acadêmico e social. O professor regente da sala por si só não conseguirá dar conta das demandas de todos os alunos, visto que o aluno com Necessidades Educacionais Especiais tem seu ritmo de aprendizagem e demandas que se divergem dos outros alunos sem NEE, sendo assim, é necessário a inserção do profissional de apoio nessa sala de aula, visando ajudar o aluno a se desenvolver nesse ambiente. A parceria entre o professor regente e o profissional de apoio no ambiente escolar entra como ação fundamental para que o aluno com NEE se desenvolva na sala de aula, e também em todo o contexto escolar.

Sendo assim é importante refletir sobre as práticas dos profissionais de apoio no ambiente escolar e como essas práticas contribuem para o favorecimento da inclusão de alunos com TDAH no cotidiano escolar. Xavier (2019) salienta que:

[...]uma sociedade inclusiva vai além da instituição de espaços adequados para todos. Ela se constrói com base em princípios e valores que buscam transformar as atitudes de discriminação às diferenças individuais e a diversidade social, em favor de relações de convivência, de pertencimento, que favorecem a inclusão social de todos. (XAVIER, 2019, p. 44)

A sociedade como um todo é um espaço onde existe múltiplas culturas e pessoas com suas particularidades e características, com isso no espaço escolar adentra pessoas com suas próprias características, como também pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, pensar em um espaço bem articulado e com organização política e educacional para que promova o bem-estar social de cada um é imprescindível e indispensável. Portanto é necessário o desenvolvimento de algumas práticas educativas que ajudem positivamente essas pessoas em seu espaço escolar e contexto social que faça parte, para que a mesma possa ser incluída e valorizada em diversos ambientes e na nossa sociedade como um todo.

Um dos principais aspectos do profissional de apoio, é favorecer a inclusão escolar. Xavier (2019) aponta em suas pesquisas estudos já feitos por alguns pesquisadores acerca

desses profissionais de apoio, trazendo também a multiplicidade de nomenclaturas que abrange esse profissional na cidade de Recife e as diversas práticas encontradas no contexto escolar sendo realizadas por profissionais de apoio, pontuando a precarização do profissional de apoio acerca dessa multiplicidade. Trazendo em suas entrevistas com algumas profissionais P.As que atuam na rede de ensino de Recife, as atribuições e também as práticas dessas profissionais nas escolas.

Ela traz o documento “Educação Inclusiva: Múltiplos Olhares” a instrução normativa nº 03/ 2015, de Recife, que oferece orientações aos estagiários responsáveis do auxílio aos alunos PAEE incluídos nessa rede de ensino. (XAVIER, 2019). A autora traz a normativa estabelece o profissional de apoio na cidade de Recife como estagiário, e traz um quadro apontando algumas atribuições aos P.As, de acordo com a normativa 03/2015. Essas atribuições são:

Atribuições do P.A. como mediador da aprendizagem 1. Observação e apoio em atividades na sala de aula 2. Observação e apoio em atividades fora da sala de aula, dentro do espaço escolar 3. Observação e apoio em eventos e passeios dentro do horário escolar sob a supervisão de professor regente e/ou coordenador pedagógico 4. Colaboração no planejamento e na execução de projetos que auxiliem o aluno nas práticas escolares e na convivência com os colegas e professores 5. Auxílio em hábitos diários, como ida ao banheiro e merenda escolar, caso seja decidida pela escola e pela família a necessidade desse apoio direcionado 6. Outras atividades correlatas sob a supervisão de professor regente, professor Atendimento Educacional Especializado ou coordenador pedagógico. (XAVIER, 2019, p. 59)

Como é possível se observar através da normativa, percebe-se nesse exposto que as atribuições ao P.A vão além dos cuidados pessoais e atividades de locomoção, já que prevê também a colaboração no planejamento e na execução de projetos que auxiliem o aluno nas práticas escolares e na convivência com os colegas e professores, essa atribuição se diverge da Lei nº13.146/2015 que descreve quais as atividades desses profissionais, pois o professor regente é que tem a responsabilidade de fazer esse planejamento e execução de projetos, o profissional poderá ajudá-lo na realização das atividades.

“A inserção de profissionais de apoio nas escolas tem se constituído como uma estratégia para auxiliar o acesso e a permanência de alunos com deficiência na sala de aula regular. ” (XAVIER, 2019, p. 62). É importante salientar que a inserção desse profissional poderá ou não surtir efeito para garantir a permanência desse aluno na escola, pois essa permanência não depende apenas do profissional, mas sim do contexto do aluno e como ele com suas demandas em torno de sua vida pessoal poderá adentrar nesse espaço e podendo trazer algumas implicações na sua permanência no espaço escolar, mas o profissional fará seu trabalho

com excelência e tentará de modo afetuoso e profissional que o aluno permaneça no ambiente escolar e desenvolva sua aprendizagem, como também construa seus laços sociais.

Em seus estudos a autora traz o protagonismo das P.As entrevistadas, sendo estas por vezes as principais responsáveis pelo estabelecimento da rotina, planejamento e execução de atividades a serem realizadas pelos alunos que auxiliam em uma das escolas. E em outra escola se caracterizam pelo apoio às atividades da vida diária, como denominamos o apoio à alimentação, higiene e locomoção dos estudantes que não possuem autonomia para realizar tais funções sem suporte das P.As, destacando que entende que a presença das participantes é importante para o auxílio de atividades dessa natureza para que os estudantes possam vivenciar o espaço escolar com igualdade de oportunidades. (XAVIER, 2019)

É importante compreendermos que o professor regente de sala de aula é que terá o papel de professor do aluno, continuando com suas devidas responsabilidades acerca do processo de ensino, onde ele continuará também a ter papel fundamental e buscará estratégias para o desenvolvimento do aluno com NEE na sala de aula juntamente com os seus pares, a inserção do profissional de apoio para o acompanhamento do aluno nessa sala de aula não desmerecerá o papel do professor ou tirará dele as responsabilidades de regente da sala para com aquele aluno. A inserção desse profissional de apoio aparecerá como suporte para ajudar o professor a mediar o ensino-aprendizagem do aluno com necessidades educacionais especiais no contexto educacional.

Visto que diante da Lei nº 13.146/2015 o profissional de apoio tem o papel de exercer atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atuar em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas. (BRASIL, 2015), como ponto essa especificação no item 4.2 desse trabalho. Considerando suas especificações de profissional de apoio, ele exerce o papel de mediação e subsidio para o aluno que não realiza suas atividades de modo independente, como por exemplo na fase escolar de Educação Infantil, de modo que há algumas atividades em que o aluno com TDAH não realize sozinho e necessite do profissional para ajudá-lo, como idas frequentes ao banheiro, sendo necessário que o profissional o acompanhe para que assim o ajude nessa atividade fisiológica. Oliveira e Gomes (2020) traz que:

É relevante destacar que a presença desses profissionais não se justifica com base na deficiência, e sim na condição funcional do sujeito. Do mesmo modo, a sua permanência está atrelada à necessidade situacional do aluno, podendo prescindir de tal apoio mediante a manifestação de sua autonomia. (OLIVEIRA e GOMES, 2020, p. 407)

Diante ao exposto, Oliveira e Gomes (2020) constatam que a inserção desse profissional no ambiente escolar para o acompanhamento do aluno, não está ligado a deficiência que o aluno tem, mas sim as suas necessidades educacionais especiais, ou seja, se o aluno não tem autonomia para exercer determinadas atividades no ambiente escolar como os demais colegas, se aplica os serviços desse profissional.

Desse modo “é necessário o cuidado, por parte do profissional de apoio, para que não modifique a dinâmica de sala de aula, ou se interponha nos processos de ensino e aprendizagem, considerando o planejamento e a gestão de sala de aula, como as atividades inerentes ao professor regente.” (OLIVEIRA e GOMES, 2020, p. 407)

O profissional de apoio fará a mediação entre o aluno e sala de aula, professores, colegas, e demais pessoas que estejam inseridas no contexto escolar como também na relação família-escola, e assim fazer esse intermédio entre o aluno e a inclusão escolar do mesmo.

As estratégias de ensino serão de responsabilidade do professor regente, que na coordenação pedagógica buscará desenvolver as atividades também pensando no aluno que estará sendo acompanhado pelo profissional de apoio, onde o mesmo poderá ajudar o aluno na realização da atividade, agindo assim de modo articulado com o professor para que se tenha o efetivo desenvolvimento da aprendizagem, como também a construção de sua autonomia. Esse profissional dará suporte ao aluno com deficiência e necessidades educacionais especiais, “como forma de garantir a acessibilidade, segurança, participação e bem-estar no ambiente escolar.” (OLIVEIRA e GOMES, 2020, p. 409).

Mousinho et al. (2010) aponta que:

O mediador é aquele que no processo de aprendizagem favorece a interpretação do estímulo ambiental, chamando a atenção para os seus aspectos cruciais, atribuindo significado à informação recebida, possibilitando que a mesma aprendizagem de regras e princípios sejam aplicados às novas aprendizagens, tornando o estímulo ambiental relevante e significativo, favorecendo o desenvolvimento. O mediador pode levar a criança a detectar variações por meio da diferenciação de informações sensoriais, como visão, audição e outras; reconhecer que está enfrentando um obstáculo e identificar o problema. Pode também contribuir para que a criança tome mais iniciativa mediante diferentes contextos, sem deixar que este processo siga automaticamente e encorajar a criança a ser menos passiva no ambiente. (MOUSINHO et al, 2010, p. 94)

O profissional de apoio estará incumbido de realizar uma diversidade de atividades com o aluno, com disponibilidade para se adequar as demandas do estudante, fazendo essa mediação entre o aluno e as relações que terá no ambiente escolar, cada criança tem suas especificidades

e é necessário que o profissional que estiver fazendo o acompanhamento dessa criança tenha a atenção necessária para a realização do seu trabalho.

Mousinho et al. (2010) traz atribuições muito importantes no processo de mediação entre o aluno e o contexto que estará inserido, são muitas as sugestões de como o profissional deverá agir no contexto escolar de acordo com as demandas dos alunos que estará recebendo o acompanhamento, destaco aqui alguns pontos de cada atribuição para o processo de desenvolvimento educacional da criança e também social da mesma. Dentre essas atribuições estão;

Estimulação da comunicação; desenvolvimento da comunicação espontânea e funcional; aumento do contato visual, reconhecimento das expressões faciais e seus significados; desenvolvimento da reciprocidade social, verificando se a comunicação foi efetiva, assim como repará-la e persistir no ato comunicativo. Comportamento e socialização; proporcionar segurança e confiança nas relações adulto/criança; um bom engajamento afetivo abre as portas para interação; ensinar a criança a como participar das atividades sociais, a como se relacionar com outras crianças e o que se espera dela em cada situação; minimizar a tendência ao isolamento social, facilitando sua interação; ensinar a criança a como abordar o outro na tentativa de interação; minimizar comportamentos inadequados e repetitivos. Jogos e brincadeiras; aumento do uso de gestos associados com a emissão verbal; uso de gestos convencionados socialmente (exemplo: balançar a cabeça negativamente); o interesse diversificado por brinquedos, ensinando a criança a como brincar de forma convencional e funcional; o uso da fala durante a brincadeira, dando sentido às ações e dizendo o que está acontecendo na brincadeira. Tarefas de apoio pedagógico; Solicitar no início do ano o calendário escolar e planejamento semanal pedagógico da turma; conhecer o projeto pedagógico e método de aprendizado da escola que a criança está inserida; adaptar, sempre que necessário, e com a orientação da professora e da equipe terapêutica, o planejamento pedagógico para a criança; antecipar as atividades a serem realizadas na sala de aula com esquema de fotos, figuras ou por escrito; ensinar a criança a pedir ajuda ao professor quando não estiver entendendo determinada tarefa; ser capaz de improvisar recursos para a criança conseguir executar as tarefas, ou oferecer a tarefa em partes para que seja possível o raciocínio autônomo da criança. (MOUSINHO et al., 2010, p 98-103)

É importante que o profissional que fará essa mediação entre a criança e o espaço escolar crie uma relação de confiança e afetividade, a criança com Necessidades Educacionais Especiais em torno de suas singularidades necessita confiar no profissional que estará a ajudando para que ela possa se desenvolver sabendo que ali naquele ambiente que poderá ajudá-la de maneira responsável e afetiva para que se sinta segura.

E comum que durante a fase escolar a criança manifeste os sintomas característicos do transtorno, adentrando na escola este aluno poderá apresentar dificuldade de manter a atenção em tarefas ou atividades lúdicas, o aluno pode não conseguir focar nas aulas, ou em alguma atividade, como por exemplo a contação de histórias, o profissional de apoio poderá ajudar esse aluno na participação das atividades, conversando com a criança e tentando chamar a sua

atenção para a atividade que estará sendo realizada de modo que não atrapalhe os demais colegas e assim siga incluindo essa criança no contexto da sala de aula.

Já sabemos que o TDAH pode vir combinado com comorbidades, uma delas é a enurese, que é um distúrbio, com isso, a criança pode ter dificuldades em segurar a urina e por isso necessitar ir ao banheiro frequentemente mais vezes que uma criança que não tem o transtorno, o profissional de apoio, poderá estar levando essa criança quantas vezes ela necessitar sem interferir na aula, já que o professor continuará seguindo seu planejamento e não precisará parar a aula para acompanhá-la em suas idas ao banheiro, pois o profissional de apoio fará essa mediação. É importante salientar que não são todas as crianças que possuem essa condição, mas algumas podem apresentar essa ligação entre o TDAH e a enurese. Segundo o Merck Sharp and Dohme (MSD, 2019), Versão para Profissionais de Saúde “a enurese se caracteriza por eliminação urinária involuntária ≥ 2 vezes/mês durante o dia ou noite”.

Os sintomas de hiperatividades também ficam bem aparentes na fase escolar, e ao tentar manter a criança por muito tempo na sala de aula, poderá vir o cansaço tanto físico quanto mental e a criança apresentará os sintomas de inquietação e pode vir a precisar de um tempo para poder sair da sala e conseguir ter um descanso mental, o profissional de apoio, levará essa criança para fora da sala, por alguns minutos, conversará com essa criança para ouvi-la e saber qual a sua necessidade naquele momento, poderá lhe apresentar estratégias como os jogos e brincadeiras para que ela possa relaxar por um tempo e então voltar para a sala. Claro que isso não acontecerá a todo o tempo, mas há necessidade de que isso aconteça conforme os sintomas do aluno, pois cada pessoa possui suas singularidades e com a criança com TDAH não se é diferente, e em suas variações de comportamento se necessita de atenção para que suas demandas sejam atendidas. Para Oliveira e Gomes (2020):

[...] o profissional de apoio se caracteriza enquanto colaborador do processo de inclusão do aluno no ambiente escolar, sempre que, em função de suas especificidades e das condições de acessibilidade oferecidas pela escola, ele demonstrar impedimentos para participar com autonomia das atividades propostas. Cabe, portanto, ao profissional de apoio, auxiliar o aluno em sua locomoção, higiene e alimentação quando não houver condições adequadas para que ele faça com independência. (OLIVEIRA e GOMES, 2020, p. 410)

O auxílio desse profissional vai além das atividades de locomoção, higiene e alimentação, o profissional de apoio age de maneira auxiliadora em todo o contexto educacional, seja dentro da sala de aula, ou até mesmo na recreação no intervalo maior entre o primeiro e segundo tempo de aula, é importante que o profissional de apoio em torno de suas atribuições possa criar estratégias para a realização das atividades com as crianças com TDAH,

para que assim possa favorecer a inclusão dessa criança, ajudando na socialização e interação dessa criança, fazendo com que a criança possa estar mais próxima de seus pares e garantir a participação das mesmas nas atividades escolares, para que realize essa mediação e compreenda a diferença entre momentos de desobediência e dificuldades acarretadas pelo transtorno.

A criança com TDAH após seu diagnóstico, vivencia momentos delicados no ambiente escolar, que podem interferir no seu desenvolvimento e necessitam de uma visão mais ampla e com atenção no seu processo de aprendizagem, essa criança tem suas especificidades e necessidades assim como todas as outras crianças sem o transtorno tem as suas, mas levando em conta o transtorno, essas necessidades se tornam especiais, e atingirá seu tempo de aprendizagem como também afetará sua relação com todo o ambiente escolar, o profissional de apoio precisa compreender que não existem soluções rápidas para se trabalhar com alunos com TDAH, mas sim, persistência, uso de tempo, ser paciente, respeito às diferenças, criatividade, dedicação e sobretudo, um sentimento muito importante, a afetividade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos estudos e pesquisas para o direcionamento desta escrita, o trabalho se propôs a falar sobre o papel do profissional de apoio na inclusão escolar do aluno com TDAH, onde constatou-se que o TDAH é um transtorno neurobiológico e é diagnosticado através da avaliação de profissionais de saúde mental e interlocução com os educadores da escola em que a criança com TDAH esteja inserida. Foi possível compreender como o profissional de apoio pode interferir de maneira positiva para efetiva aprendizagem da criança com TDAH. Foi possível refletir sobre aspectos relevantes que estão implicados no processo escolar e que as atuações tanto dos professores quanto do profissional de apoio podem ajudar no atendimento das necessidades educacionais especiais desses alunos de maneira que as suas demandas possam ser atendidas e assim as crianças com TDAH terão maior possibilidade de interagir com o ambiente escolar, com os professores, seus pares, ou seja, seus colegas de grupo.

Com isso essa pesquisa tem a intencionalidade do aprimoramento e construção do conhecimento acerca desse tema tão relevante para compreender a implicação de todos os profissionais que precisam estar envolvidos no processo de educação das crianças com TDAH para que seja possível a inclusão escolar, podendo ser uma via para que possa subsidiar outras pesquisas acerca desse tema, ajudando na busca por respostas a alguns questionamentos.

Para que se chegue ao diagnóstico de TDAH é necessário um olhar mais atento dos pais e também da escola, pois com as observações do professor para com o aluno na sala de aula, pode-se chegar a uma conversa com os pais para que os mesmos façam um relato do comportamento dessa criança no ambiente familiar, e para que se constate que o aluno apresente sintomas do transtorno, a criança precisa apresentar seis ou mais sintomas em ambientes que não seja apenas na escola, e aí vem a importância da observação dos pais em torno dessa criança, até mesmo é importante que os pais relatem sobre sua fase pré-escolar, para poder ter uma amplitude de informações acerca dessa criança, com isso e o relatório do professor sobre o comportamento da criança na sala de aula, a escola fará o encaminhamento dessa criança para um profissional de saúde mental que a partir do relatório escolar juntamente com as observações dos pais, fará a avaliação para assim poder chegar a um diagnóstico. O encaminhamento da escola se discorre pelo fato de que as implicações dos sintomas do transtorno afetam diretamente dificultando a aprendizagem do aluno.

É fundamental o papel da escola para o diagnóstico do aluno com TDAH, já que o transtorno interfere diretamente no processo de desenvolvimento do seu aprendizado, desenvolvimento social e interfere em seu contexto pessoal e acadêmico, a escola fazendo o

relato contribuirá para o avanço escolar do aluno, como também poderá contribuir para sua formação social e pessoal da criança, onde estará ajudando também em seu desenvolvimento no seio familiar, pois após o encaminhamento e diagnóstico, profissional de saúde mental entrará com ações que contribuirá efetivamente na vida da criança com TDAH, onde em conversa com os pais, o profissional apresentará o TDAH, e dar dicas de como os pais podem agir para ajudar essa criança em casa, e fazer a distinção entre comportamentos que acham que podem ser desobediência, falta de capacidade ou rebeldia, a família poderá compreender que a criança precisa de direcionamento de modo que ela mesma possa compreender as regras que são solicitadas para que ela cumpra, e também a importância dela acolher as solicitações de modo apropriado. Isso é fundamental na contribuição para que a criança e os pais conheçam e entenda a natureza do transtorno, dessa forma ajudará na compreensão trazendo dicas úteis para auxiliar nesse processo, pois, para os pais o que as vezes pensam ser desobediência, pode ser sintomas do transtorno e a criança necessitar de atenção para que expresse o que está sentindo e assim com conhecimento, algo que poderia pesar demais, se tornará leve e trazer para a criança um contexto de vida mais tranquilo, tanto no ambiente familiar, quanto escolar.

Quanto ao tratamento farmacológico, é importante a atenção sobre a medicalização dos assuntos que deveriam ser questões políticas e sociais se tornarem questões médicas para a disciplinarização dos corpos, pois a exposição à alguns medicamentos podem trazer efeitos reversos a solução que se busca ao ingeri-los, o uso de medicamentos para o tratamento do TDAH deve ser algo para ajudar a minimizar os sintomas, visando ajudá-las a se manter em um padrão de vida mais tranquilo.

O comportamento da criança as vezes se implica na única forma que ela tem de chamar a atenção para algo que ela precisa, com isso a criança precisa aprender a pedir ajuda de um modo que não a prejudique perante a visão dos pais, professores e também com os demais familiares, para que ela tenha melhor condição de socializar com os adultos e com outras crianças, porque é uma importante forma de conhecer o mundo e estar presente nele. É preciso compreender a demanda da criança e ajudá-la a aprender a expressar o que ela precisa e também escutá-la. A importância da mediação do profissional de apoio entre a criança com TDAH e o contexto escolar é enorme visto que isso ajudará ela em todo o seu processo de desenvolvimento.

Quando a criança passa a entender o ganho que ela tem ao interagir de maneira mais apropriada possível e expressar suas demandas, ela tem mais chance de ser atendida e construir melhor os laços sociais, mas para que isso aconteça, é necessário a presença do mediador para ajudá-la nas suas necessidades.

Diante de todas as constatações que favoreceram essa escrita, notou-se que o profissional de apoio tem um importante papel de mediador entre a criança e o ambiente escolar em que circula. O profissional de apoio agirá atendendo as demandas da criança no ambiente, onde ela aprenderá demonstrar de maneira mais oportuna seus interesses no ambiente escolar, seja na interação com os colegas ou realizações de atividades, o profissional de apoio lhe dará suporte, pois essa criança precisa ser escutada e atendida nesse ambiente, fazendo com que se expresse de maneira mais apropriada quando escutada, contribuindo assim para sua formação pessoal, desenvolvimento da aprendizagem e favorecendo a construção do laço social.

REFERÊNCIAS

- ABDA. **Associação Brasileira de Déficit de Atenção**. Página Inicial. Disponível em: < <https://tdah.org.br/> Acesso em: 15 de fev. 2021.
Área das Necessidades, 1994.
- ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA et al. **DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Artmed Editora, 2014.
- BARKLEY, R. A. **Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade – TDAH**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 2002.
- BENCZIK, Edyleine Bellini Peroni. **Transtorno de Deficit de Atenção/Hiperatividade: Atualização diagnóstica e terapêutica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.
- BEZERRA, Giovani Ferreira. **A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: a problemática do profissional de apoio à inclusão escolar como um de seus efeitos**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 26, p. 673-688, 2020.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2/2001. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Diário Oficial da União. Brasília, 14 de setembro de 2001. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em 06 de jan. 2021
- BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm. Acesso em: 04 de fev. 2022
- BRASIL. Lei 14.254, de 30 de Novembro de 2021. Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Disponível em: < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.254-de-30-de-novembro-de-2021-363377461>>. Acesso em 08 de fev 2022
- BRASIL. MEC. INEP. LDBEN 9394/96 que estabelece as Diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em 10 de jul. 2021
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. PNEE: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida/ Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação – Brasília; MEC. SEMESP. 2020. 124p. Disponível em:< <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-lanca-documento-sobre-implementacao-da-pnee-1/pnee-2020.pdf>>. Acesso em 06 de fev de 2022
- BRASIL. SEESP/ GAB. Nota Técnica nº 19, de 08 de setembro de 2010, destinado aos profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do 151 desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede públicas de ensino. Disponível em: <http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/educacao/especial>. Acesso em 06 de jan. 2021

CARDOSO, D. M. P. **As concepções dos professores diante do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade em contexto escolar: um estudo de caso-** Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Biblioteca Anísio Teixeira/UFBA, Salvador, 2007. (137 p).

DE OLIVEIRA SCHICOTTI, Rosana Vera; ABRÃO, Jorge Luis Ferreira; JÚNIOR, Sérgio Augusto Gouveia. **TDAH e medicalização: considerações sobre os sentidos e significados dos sintomas apresentados por crianças diagnosticadas.** Nuances: estudos sobre Educação, v. 25, n. 1, p. 135-154, 2014.

DESIDÉRIO, Rosimeire C. S.; MIYAZAKI, Maria Cristina de O. S. **Transtorno de Déficit de Atenção / Hiperatividade (TDAH): orientações para a família.** vol. 11, núm. 1, enero-junio, 2007, pp. 165-176 Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional Paraná, Brasil.

DESLANDES, S.F. **Pesquisa Social Teoria, métodos e criatividade.** Petrópolis, RJ, Vozes, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo, SP: Atlas, 2002.

GODOY, Arilda. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63 Mar./Abr.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica.** Rev. Katál. Florianópolis, v. 10 n. esp., p. 37-45, 2007.

LOPES, Mariana Moraes. **Perfil e atuação dos profissionais de apoio à inclusão escolar.** 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

MARTINS, S. M. (2011). **O Profissional de Apoio na Rede Regular de Ensino: a precarização do trabalho com os alunos da Educação Especial.** Dissertação de Mestrado, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Recuperado em 27 de novembro de 2019 de <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95218/297802.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 de set. 2021

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOUSINHO, Renata et al. **Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões.** 2010 Revista Psicopedagogia, São Paulo: Associação Brasileira de Psicopedagogia, v. 27, n. 82, 2010. Disponível em: <Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862010000100010&lng=pt&nrm=iso >. Acesso em: 28 de fev. 2022.

MSD. Manual MSD Versão para Profissionais da Saúde. Pagina Inicial. Disponível em: <<https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional>>. Acesso em: 07 de jan. 2022.

OLIVEIRA, Francélio Ângelo de; GOMES, Adriana Leite Limaverde. Profissionais de apoio em sala de aula comum: reflexões sobre concepções e práticas no contexto escolar. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 17, n. 50, p. 396-420, 2020.

RIBEIRO, Maria Izabel. Medicalização da aprendizagem e fracasso escolar: reflexões sobre o TDAH. **Anais do III Congresso Baiano de Educação Inclusiva: práticas, formação e lugares; I Simpósio Brasileiro de Educação Inclusiva**, Salvador, Outubro/Novembro de 2011. (Meio digital). Comunicação oral n° 65. Disponível em: <http://www.3cbei.ufba.br/> ou <http://www.3cbei.ufba.br/modulos/submissao/Upload/37073.pdf> (Acesso em: 20 de dez 2021)

ROHDE, L. A., & Benczik, E. (1999). TDAH – O que é? Como ajudar? Porto Alegre: Artes Médicas.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna**. Estudos avançados, v. 2, p. 46-71, 1988.

SILVA, Ana Beatriz B. Mentis inquietas [livro eletrônico]: **TDAH: desatenção, hiperatividade e impulsividade** / Ana Beatriz Barbosa Silva. - Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

UNESCO. **Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 12 de fev. 2022.

XAVIER, Sheyla Alves. **Um olhar sobre a prática de profissionais de apoio à alunos com deficiência da rede municipal de ensino do Recife**. 2019. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.